

Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil

Arlson Favareto

Documento de Trabajo N° 26
Programa Dinámicas Territoriales Rurales
Rimisp - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural



Este documento es un resultado del Programa Dinámicas Territoriales Rurales, que Rimisp lleva a cabo en varios países de América Latina en colaboración con numerosos socios. El programa cuenta con el auspicio del Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC, Canadá). Se autoriza la reproducción parcial o total y la difusión del documento sin fines de lucro y sujeta a que se cite la fuente.

This document is a result of the Rural Territorial Dynamics Program, implemented by Rimisp in several Latin American countries in collaboration with numerous partners. The program has been supported by the International Development Research Center (IDRC, Canada). We authorize the non-for-profit partial or full reproduction and dissemination of this document, subject to the source being properly acknowledged.

Cita / Citation:

Favareto, A. 2009. "Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil". Documento de Trabajo N° 26. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile.

© Rimisp-Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural

Programa Dinámicas Territoriales Rurales
Casilla 228-22
Santiago, Chile
Tel + (56-2) 236 45 57
dtr@rimisp.org
www.rimisp.org/dtr

Índice

<i>Lista de siglas e abreviações</i>	1
<i>Resumo</i>	3
<i>Introdução</i>	5
<i>1- Síntese</i>	6
<i>2- A emergência da abordagem territorial no Brasil e a resiliência institucional da visão setorial...</i>	11
<i>3- Retrato e tipologia</i>	14
3.1 - Tipo 1 – Políticas nacionais de desenvolvimento territorial	14
3.2 – Tipo 2 - Políticas nacionais com denominação territorial e enfoque setorial	15
3.3 –Tipo 3 – Políticas estaduais de desenvolvimento territorial	16
3.4 – Tipo 4: Políticas estaduais com abrangência territorial e enfoque setorial	17
<i>4- Algumas das principais políticas de desenvolvimento territorial em curso</i>	18
4.1- Programas federais	18
4.1.1- Territórios da Cidadania	18
4.1.2- Mesorregiões.....	19
4.1.3- Agenda XXI.....	20
4.1.4 - Programa de Apoio aos Territórios Rurais.....	20
4.2. Programas regionais e estaduais	21
4.2.1 – Programa Territórios de Identidade (Bahia)	21
4.2.3 – Programas Microbacias	22
<i>Conclusão</i>	24
<i>Bibliografia consultada</i>	26
<i>Anexos</i>	29

Lista de siglas e abreviações

ADA	Agência para o Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência para o Desenvolvimento do Nordeste
API	Áreas de Programação Integrada
APL	Arranjos Produtivos Locais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
ATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEZEE	Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CODEVASF	Companhia para o Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco
CODIR	Coordenação de Desenvolvimento e Integração Regional
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
GTP-APL	Grupo de Trabalho Permanente de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ITESP	Instituto de Terras de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério para o Desenvolvimento da Indústria e do Comércio
MA	Estado do Maranhão
MG	Estado de Minas Gerais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDSS	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó
PEMBH	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PIB	Produto Interno Bruto



PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA	Plano Plurianual
PRAPEM I	Programa de Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PROGATER	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata
PROMESO	Programa de Promoção da Sustentabilidade dos Espaços Mesorregionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais
PRSF	Programa de Revitalização do Rio São Francisco
PTP	Planejamento Territorial Participativo
RIMISP	Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural
SAF	Sistemas Agroflorestais
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDS	Secretaria de Estado de Meio-ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEMARH	Secretaria de Estado de Meio-ambiente e Recursos Hídricos
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
TC	Territórios da Cidadania
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico



Resumo

Uma das principais marcas da última década e meia no panorama das políticas para o desenvolvimento rural na América Latina é a emergência da **abordagem territorial do desenvolvimento rural** (Veiga et.al., 2001; Abramovay, 2003; Schejtman & Berdegué, 2003; Favareto, 2007). No entanto, quando se trata de analisar a consistência das políticas postas em funcionamento sob essa inspiração, nem sempre o resultado é satisfatório. Ao contrário, um dos grandes desafios parece ser a necessidade de se passar de uma **inovação retórica** para um verdadeiro processo de **mudança institucional**. Para tanto, um primeiro passo importante é o reconhecimento das várias práticas em curso. Por aí é possível não só reconhecer que esforços estão sendo postos em marcha, mas também, e sobretudo, identificar o estágio atual desta transição de uma visão setorial em direção a uma verdadeira abordagem territorial. Este é, em suma, o objetivo destas páginas. Elas trazem uma sistematização de levantamento de políticas com esse teor no Brasil e é parte de uma iniciativa mais ampla coordenada pelo Rimisp – Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural - e que compreende a realização de levantamentos similares em diferentes países latino-americanos.

O relatório está organizado em quatro partes. A primeira parte, após esta breve Introdução, traz uma síntese dos resultados alcançados. A segunda parte retoma o histórico recente das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. A terceira parte apresenta o retrato das políticas mapeadas neste levantamento e uma tipologia por meio da qual elas são agrupadas e classificadas. A quarta parte traz uma apresentação sucinta sobre tipos específicos de políticas em curso no Brasil. Uma breve descrição das várias experiências pode ser encontrada nos anexos.

O levantamento das políticas e programas de desenvolvimento territorial existentes no Brasil abrangeu dezenas de políticas e programas. Em âmbito federal, os principais programas apresentados são: o Territórios da Cidadania, o programa de Apoio aos Territórios Rurais, a Agenda 21 e o Programa das Mesorregiões. Em âmbito estadual, são apresentados destacadamente os programas Territórios de Identidade, o Projeto Dom Helder Câmara e os Programas de Microbacias dos estados de Santa Catarina e de São Paulo.

Este retrato e a tipologia que acompanha a sistematização das quase seis dezenas de políticas e programas levam a quatro conclusões principais.

Primeiro, não existe, ainda, nenhum programa que implemente, a contento, o conjunto de elementos trazidos com a abordagem territorial do desenvolvimento rural. Aqui se



toma como indicadores substantivos desta abordagem dois aspectos: o caráter intersetorial e a abrangência mais ampla do que comunidades ou municípios. Visto sob este ângulo, nota-se que houve no Brasil desta década, uma incorporação da retórica territorial, mas sem um correspondente processo de mudança institucional com ela compatível.

Segundo, apesar desta inovação por adição, sem uma mudança institucional compatível, existe um número importante de experiências que trazem em si embriões da abordagem territorial. Estas experiências constituem uma base fenomenal, sobre a qual poderiam incidir estímulos voltados a impulsionar a complementaridade potencial que existe entre elas. O grande desafio aqui consiste em superar um duplo viés que restringe o alcance destas políticas: o viés de combate à pobreza, e o viés setorial que restringe as ações à agricultura e aos agentes sociais vinculados ao agro.

Terceiro, o momento atual é particularmente favorável a um novo salto qualitativo em direção à abordagem territorial. A recente implementação do programa Territórios da Cidadania, embora não tenha superado o duplo viés limitante, acima apontado, traz uma condição inédita na história brasileira recente: pela primeira vez se reconhece a necessidade de uma política de grande envergadura para o Brasil rural, e pela primeira vez as políticas voltadas a este intuito são colocadas sob a gestão de uma instância com real capacidade de articulação intersetorial e interministerial, a Casa Civil.

Quarto, a grande incógnita que emerge é: quais serão as forças sociais capazes de completar a transição do enfoque setorial ao enfoque territorial, uma vez que este é, necessariamente, multissetorial e multidimensional? A emergência da abordagem territorial no Brasil se deu a partir de estudos e avaliações sobre as políticas para a agricultura familiar experimentadas na década anterior, no Brasil e no mundo. É possível que, mais uma vez, o aprendizado gerado com as tentativas de implementação desta abordagem no Brasil e no mundo sirvam como um novo impulsionador. Daí a importância de elaborar análises mais aprofundadas a partir dos elementos trazidos com este levantamento e, sobretudo, de levar ao debate com os gestores públicos os resultados destas análises.



Introdução

Uma das principais marcas da última década e meia no panorama das políticas para o desenvolvimento rural na América Latina é a emergência da **abordagem territorial do desenvolvimento rural** (Veiga et. al., 2001; Abramovay, 2003; Schejtman & Berdegú, 2003; Favareto, 2007). No entanto, quando se trata de analisar a consistência das políticas postas em funcionamento sob essa inspiração, nem sempre o resultado é satisfatório. Ao contrário, um dos grandes desafios parece ser a necessidade de se passar de uma **inovação retórica** para um verdadeiro processo de **mudança institucional**. Para tanto, um primeiro passo importante é o reconhecimento das várias práticas em curso. Por aí é possível não só reconhecer que esforços estão sendo postos em marcha, mas também, e sobretudo, identificar o estágio atual desta transição de uma visão setorial em direção a uma verdadeira abordagem territorial. Este é, em suma, o objetivo destas páginas. Elas trazem uma sistematização de levantamento de políticas com esse teor no Brasil e é parte de uma iniciativa mais ampla coordenada pelo Rimisp – Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural, e que compreende a realização de levantamentos similares em diferentes países latino-americanos.

O relatório está organizado em quatro partes. A primeira parte, após esta breve Introdução, traz uma síntese dos resultados alcançados. A segunda parte retoma o histórico recente das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. A terceira parte apresenta o retrato das políticas mapeadas neste levantamento e uma tipologia por meio da qual elas são agrupadas e classificadas. A quarta parte traz uma apresentação sucinta sobre tipos específicos de políticas em curso no Brasil. Uma breve descrição das várias experiências pode ser encontrada nos anexos.



1- Síntese

Há dois âmbitos onde se concentram os agentes públicos principais envolvidos na promoção de políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o âmbito do Governo Federal e o âmbito dos governos estaduais. E há, em cada um destes dois âmbitos, duas maneiras de desenhar e coordenar iniciativas que poderiam ser enquadradas como compatíveis com a abordagem territorial: políticas desenhadas especificamente sob essa denominação, e políticas que já existiam desde antes da emergência desta abordagem e que trazem elementos seus presentes, embora sob outra denominação. Estas duas distinções são melhor explicadas a seguir. Para entendê-las, é preciso ter em mente que a abordagem territorial emerge, no discurso das organizações públicas brasileiras, na virada dos anos 90 para a década atual. Como decorrência de uma série de estudos e pesquisas que alcançaram grande influência sobre os planejadores e gestores públicos (Graziano da Silva, 1999; Veiga et al., 2001), constatava-se os limites da abordagem setorial das políticas de desenvolvimento rural. Como primeiro desdobramento houve uma ampliação da escala geográfica dos investimentos em infra-estrutura, antes restrita a municípios (o Pronaf-Infraestrutura). Posteriormente, em 2003 é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E, a partir de então, a retórica do desenvolvimento territorial ganha adeptos em outras estruturas do governo federal e nos governos estaduais.

No âmbito do governo federal, portanto, o principal agente disseminador da abordagem territorial é a Secretaria Desenvolvimento Territorial. Em 2003 ela é criada para gerenciar os recursos da vertente Infra-estrutura do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), programa criado nos anos 90 e que abrange, além dessas ações de apoio à infra-estrutura, ações de crédito e capacitação, estas duas últimas sob gerência de outra secretaria do mesmo ministério, a Secretaria da Agricultura Familiar. Posteriormente, à gestão do Pronaf-infraestrutura se agregaram ações de capacitação e apoio a negócios, todas elas reunidas num conjunto denominado Pronat (Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais).

O principal impulsionador desta política e da criação deste espaço institucional foi a própria avaliação que se fazia da evolução das políticas de desenvolvimento rural na virada da década passada para a presente, citados acima. Ou seja, a constatação de que os investimentos não tinham os efeitos desejados e de que isso se devia a dois motivos principais: os limites das estruturas municipais em promover ações de maior envergadura, e o viés setorial que fazia com que os investimentos se concentrassem em atividades pouco promissoras para a geração de renda e de oportunidades de trabalho.

O fato de que esta política tenha sido criada no interior de um ministério setorial e periférico – o Ministério do Desenvolvimento Agrário -, limitou enormemente o sentido e a eficácia da adoção desta nova abordagem. **Apesar do discurso territorial, o leque**



de agentes envolvidos e as ações apoiadas continuaram restritos ao agro e a seus agentes mais tradicionais. Além da inovação retórica, a **única mudança de fato foi a ampliação da escala geográfica das articulações – nem sempre dos investimentos – para o âmbito intermunicipal.**

Recentemente, como desdobramento de uma tentativa de ampliar as ações sob gerência da SDT/MDA e em convergência com a necessidade sentida pelo governo federal de dar mais visibilidade para suas ações de cunho social, criou-se um novo programa, o **Territórios da Cidadania**. Meses antes o governo federal havia lançado o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, com um conjunto de investimentos em infraestrutura e em ações voltadas à competitividade econômica. O Territórios da Cidadania surge assim como uma espécie de contraponto de equilíbrio ao PAC, e como uma tentativa de dar unidade a um conjunto de ações antes dispersas por vários ministérios. Nele são congregadas as ações de dezenove estruturas ministeriais, sob coordenação da Casa Civil.

Quando tomadas estas duas principais ações no âmbito do governo federal, o que se pode dizer é que **houve uma inovação retórica – hoje é comum se falar em territorialização das políticas – e uma ampliação dos recursos mobilizados para o desenvolvimento das regiões interioranas.** Mas há um **duplo viés nessas iniciativas que faz com que elas não signifiquem, ainda, uma verdadeira mudança institucional em direção à abordagem territorial:** o **viés setorial**, com exclusividade de apoio a atividades agropecuárias ou no máximo artesanais, e o **viés de política social**, com forte exclusividade de participação e envolvimento das organizações de agricultores familiares. Exemplos disso são: a constatação de que não estão envolvidos no Territórios da Cidadania ministérios como o da Indústria e Comércio, do Turismo, ou da Ciência e Tecnologia; e a constatação de que não existem organizações patronais ou de outros setores para além do agro participando dos colegiados territoriais que gerenciam a escolha de prioridades e monitoram os investimentos feitos por estes programas.

Ainda no âmbito do governo federal, existe uma série de outras iniciativas ministeriais que comportam ações coerentes com a abordagem territorial, mesmo sem usar essa denominação. Os exemplos mais importantes são: a Agenda XXI, sob responsabilidade do Ministério do Meio-Ambiente; o Programa das Mesorregiões, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional; e as políticas sociais sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, em particular aquelas como o Programa Fome Zero de Segurança Alimentar e Nutricional e que são geridas pelos Consórcios de Segurança Alimentar e Nutricional, os Consads. Estas várias políticas têm em comum o fato de promoverem ações que afetam as populações rurais ou das regiões interioranas, a exigência de que elas sejam organizadas em planos territoriais de desenvolvimento, e a criação de fóruns regionais para sua gestão. Existe a expectativa de que elas ganhem



maior integração justamente a partir do Territórios da Cidadania, o que ainda é incerto dado o caráter recente do programa.

Em relação ao governo federal, portanto, as **principais ausências são as estruturas governamentais que congregam os investimentos e recursos voltados à ciência e tecnologia e aos outros setores da economia que não sejam a agricultura**. E, além disso, também são ausentes organizações sociais representativas de segmentos que muitas vezes respondem pela dinâmica econômica local, mas que não são organizações de agricultores pobres. O envolvimento destas estruturas governamentais e destas organizações sociais seria de fundamental importância para romper com os limites setoriais e de política social que hoje marcam a introdução do adjetivo territorial às políticas governamentais brasileiras.

No âmbito dos governos estaduais também existem dois tipos de experiências. À esteira da adoção do adjetivo territorial pelo MDA, alguns governos passaram a se espelhar nesse tipo de enfoque. O exemplo mais eloqüente está no Governo da Bahia. Inicialmente o Estado fomentou a realização de um processo de territorialização do Estado visando agregar as ações sob sua responsabilidade. Adotando critérios similares àqueles elaborados pelo MDA, foram definidos vinte e um '**Territórios de Identidade**', cujos contornos passariam a ser observados na alocação de recursos. Posteriormente, o **Plano Plurianual** – instrumento legal e constitucional que orienta os investimentos públicos – também passou a ser desenhado de acordo com esta mesma divisão territorial. E agora, planeja-se dar mais um passo com a efetiva **integração de programas e políticas como a gestão de recursos hídricos, o zoneamento ecológico-econômico e as políticas de desenvolvimento territorial propriamente**.

Outro exemplo importante, ainda em fase de gestação vem de Pernambuco. Ali o governo tinha um programa voltado ao desenvolvimento de uma região importante, a Zona da Mata, de passado fortemente marcado pela cultura da cana-de-açúcar, e que previa um conjunto de iniciativas de infra-estrutura, políticas sociais e diversificação produtiva. A partir desta experiência, o **Pro-mata**, o governo busca agora uma ampliação para as outras duas regiões que conforma o estado, o Agreste e o Sertão. E nesse movimento, pretende-se pôr em prática um enfoque territorial.

Ainda na região Nordeste, o **Projeto Dom Helder Câmara** também merece destaque. Fruto de um acordo envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola) são apoiadas ações em aglomerados de municípios situados em diferentes estados do Nordeste. As ações envolvem o apoio à produção e à comercialização agrícola, complementarmente a ações sociais nas áreas de educação e saúde.

Mas além destas iniciativas, assim como no caso do governo federal há varias outras que, embora não usem o adjetivo territorial, carregam elementos compatíveis com aquela abordagem. Aqui os exemplos são vários, com dois destaques. O primeiro deles



são os **programas de micro-bacias ou de gestão de recursos hídricos**, bastante avançados nos estados do centro-sul do país. O segundo exemplo são as políticas de estado como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que desde muito tempo vêm regionalizando seus investimentos e as formas de articulação das ações para o desenvolvimento das áreas interioranas. Nestes casos, as grandes ausências são as organizações sociais dos setores mais pobres, em particular da agricultura familiar. A queixa que recai sobre estas experiências é seu caráter excessivamente oficial, com pouca permeabilidade à participação da sociedade civil.

Em síntese, há **a necessidade de compatibilizar o viés agrícola das organizações sociais com a necessidade de conferir um cunho multissetorial às ações de desenvolvimento territorial**, e há **a necessidade de compatibilizar a prioridade às regiões interioranas com investimentos e com a mobilização de recursos voltados à dinamização econômica, para além dos investimentos sociais**. Para isso, as estruturas ministeriais e governamentais não podem ser dicotomizadas como são hoje, e todo o segmento de produção de ciência e tecnologia – importante no Brasil e com algum enraizamento em regiões interioranas – precisaria ser mais mobilizado do que é atualmente.

Como o Programa Territórios da Cidadania está ainda em seus primeiros meses, é impossível saber se haverá uma mudança no sentido de envolver mais setores sociais do que as organizações de agricultores. Esta posição é defendida por setores do governo. Hoje, contudo, há uma clara prioridade a esse segmento. A razão desta prioridade é dupla: primeiro porque a emergência da abordagem territorial acontece, no Brasil, como desdobramento das avaliações sobre as políticas de desenvolvimento rural, tradicionalmente destinadas a este público; segundo, porque o MDA tem uma forte influência dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e aos trabalhadores sem-terra. Basta lembrar que todos os secretários deste ministério foram, antes de ocuparem estes cargos, assessores dos três principais movimentos sociais rurais no Brasil. Esta prioridade à agricultura familiar e aos trabalhadores sem-terra se repete no caso de experiências estaduais como a do Governo da Bahia.

Já no caso de outras experiências estaduais, que antecedem a emergência da abordagem territorial, como aquela dos estados do centro-sul do país, os principais agentes envolvidos são os gestores públicos, pois não há grande envolvimento da sociedade civil. As ações, por sua vez, beneficiam diretamente os agricultores destes estados e, indiretamente, o conjunto da população local.

No caso dos programas de âmbito nacional – Territórios da Cidadania e ações de Desenvolvimento Territorial do MDA –, o principal objetivo é favorecer a dinamização das economias das regiões interioranas. Mais uma vez cabe repetir que o desenho do programa Territórios da Cidadania ainda está em fase de elaboração. No caso do MDA, a



visão que prevalece é a de que esta dinamização e a redução da pobreza aconteceriam a partir do fortalecimento da capacidade produtiva dos vários segmentos da agricultura familiar. E isto, por sua vez, seria uma decorrência do apoio à organização deste segmento e da sua participação nos fóruns que fazem a gestão dos recursos públicos administrados descentralizadamente. Portanto, no âmbito do governo federal, mas também no caso de experiências como a do estado da Bahia, há um amálgama de temas como fomento econômico, descentralização, participação cidadã e redução da pobreza.

Já no caso de programas estaduais, destacadamente os programas de micro-bacias, a ênfase recai sobre aspectos de conservação ambiental e gestão de recursos hídricos. Aqui a dificuldade é justamente como associar estas ações a outras de dinamização econômica e participação cidadã.

Não existem estudos consolidados sobre os resultados, efeitos e impactos destas políticas. No caso dos programas nacionais, o Territórios da Cidadania tem menos de um ano de execução. As ações de desenvolvimento territorial do MDA já alcançam cinco anos de existência, mas não contam ainda com avaliação oficial ou com estudos de envergadura a respeito. Os estudos disponíveis sobre a segunda fase destas políticas (Favareto&Dias, 2007), atestam que: i) os principais ganhos dizem respeito ao estabelecimento de maior controle social sobre a aplicação dos recursos; ii) isto, por sua vez, é decorrência de uma maior democratização e transparência na gestão dos recursos, obtidos através da participação social alcançada no decorrer da década, em oposição ao caráter excessivamente oficial de que se revestiam os conselhos e fóruns até a década passada; iii) contudo, os impactos econômicos propriamente parecem não ser tão promissores, uma vez que as atividades apoiadas são demasiado pequenas, tradicionais e restritas a segmentos e setores que vinham apresentando pouca capacidade de geração de renda e de ocupação.

Para o caso dos projetos que envolvem a gestão das micro-bacias, estudos recentes (Navarro, 2008) apontam que há uma evolução em curso, de ações de caráter tipicamente conservacionistas e de corte agrônomo, para ações sociais e econômicas, ou sistêmicas. Segundo os relatos disponíveis, os componentes iniciais destes projetos concentravam-se em: pesquisa agrícola, extensão rural, conservação de solo, estradas vicinais, desenvolvimento florestal. Mas aos poucos, a participação social suscitada por estas iniciativas acabou por engendrar um movimento associacionista que tem dado origem a outras ações, estas de caráter social e econômico. Mais uma vez, portanto, os impactos mais visíveis dão-se na dimensão organizativa, com potenciais ainda não verificados na dimensão econômica.



2- A emergência da abordagem territorial no Brasil e a resiliência institucional da visão setorial

A emergência da chamada abordagem territorial do desenvolvimento rural já foi objeto de alguns importantes trabalhos (Veiga, 2001; Abramovay, 2003; Schejtman & Berdegué, 2003; Favareto, 2007). Sua origem está relacionada, de um lado, ao reconhecimento de novas dinâmicas espaciais – com uma aproximação do rural e do urbano, em vez de uma dicotomia clara entre estes dois espaços, e com a negativa de que a industrialização ou a modernização agrícola seriam elementos bastantes para se alcançar o desenvolvimento regional -, tendo como um dos marcos inegáveis o já clássico trabalho de Bagnasco (1977). Por outro lado, isto acontece num momento histórico também marcado por um certo realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento. A descentralização das políticas e também da atividade industrial, associado à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente nos meados dos anos 80 e nos anos 90, se institísse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais e econômicos de corte eminentemente territorial, e não mais meramente setorial, e este novo padrão, são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem.

Influenciados pelas tendências das políticas nos países do capitalismo avançado e pelas descobertas de programas de pesquisa sobre a manifestação de processos sociais semelhantes também nos países da América Latina, vários países experimentaram a formulação ou o redesenho destas iniciativas em consonância com os marcos contidos na “nova visão” do desenvolvimento rural.

No caso brasileiro, o lugar institucional do principal programa de desenvolvimento rural – o Pronaf – sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos da hierarquia administrativa federal relativos aos programas de combate à pobreza. Com isso, o Pronaf nunca foi alçado à categoria de política permanente, nem nunca dispôs de uma maior articulação com outras políticas estruturais do governo federal. As regras de acesso a algumas das linhas deste programa também são claros indicativos do foco no combate à pobreza. De 1996 a 2000 os municípios beneficiados com recursos do Pronaf/Infraestrutura - linha voltada para investimentos em infra-estrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento rural - eram escolhidos tendo por base o baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano. A partir de 2001 o programa passa a apoiar projetos de caráter intermunicipal, agora escolhidos a partir de processo seletivo. Porém, na seleção dos projetos, pesa também o fato de se tratar ou não de projeto originário



dos territórios considerados como prioritários pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estes por sua vez, escolhidos a partir de uma combinação de critérios que envolvem a presença de agricultores familiares e assentados da reforma agrária e, novamente, a ocorrência de baixo IDH. Em nenhum dos dois períodos, portanto, os investimentos na agricultura familiar e no desenvolvimento rural estiveram articulados estrategicamente em ações voltadas para a diminuição de desigualdades ou para a dinamização das economias rurais, nem houve tentativa de superar a dicotomização ascendente-descendente que marca a orientação das políticas nas últimas décadas.

O que o exemplo brasileiro parece demonstrar, no fundo, é que há uma associação nos quadros de referência de cientistas, da burocracia governamental, das elites, entre a idéia de que o desenvolvimento é um atributo do urbano, e a decorrente associação do rural à pobreza.

Em suma, um dos principais dilemas da ação do Estado nas suas tentativas de promover o desenvolvimento rural é esse lugar institucional da idéia de rural, de ruralidade, determinado tanto pela *illusio* no destino urbano do progresso social como pela *dependência de caminho* que ela gera nas ações de indivíduos e organizações. O caráter tido como residual do rural e sua associação automática à idéia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, o que contribui para gerar um ciclo onde esta posição marginal é sempre reforçada, seja simbolicamente, seja materialmente. Outra face do mesmo dilema envolve a tensão entre uma inércia institucional fundada em toda uma orientação para a lógica setorial dos investimentos e ações e o sentido territorial, portanto intersetorial e multidimensional, da "nova visão".

No caso brasileiro, o conjunto de políticas que precisariam estar combinadas para promoção do desenvolvimento rural está disperso por diversas estruturas ministeriais. Um passo importante para sua articulação foi dado no início de 2008 com a criação do programa Territórios da Cidadania (TC). Mas, mesmo neste caso, a dicotomia entre rural e urbano, entre combate a pobreza e dinamização econômica parece se repetir. O programa Territórios da Cidadania foi lançado após o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A própria nomenclatura dos dois programas expressa a dicotomia: para o Brasil interiorano, promoção da cidadania; para o Brasil urbano e dinâmico, aceleração do crescimento econômico. A dicotomia se expressa ainda no perfil das estruturas ministeriais envolvidas: no PAC, ações concentradas em infra-estrutura, ciência e tecnologia, grandes obras voltadas à competitividade econômica nacional e regional; no TC, ações concentradas em políticas e investimentos sociais, fortalecimento da agricultura familiar, combate à pobreza.

Igualmente sintomático é o processo que envolveu a elaboração da Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável entre 2001 e 2002 até a aprovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável da versão final no mesmo ano:



embora a versão inicial apontasse para uma estratégia fortemente baseada em uma visão territorial do desenvolvimento rural, a Conferência Nacional que estava marcada para debatê-la e aprová-la foi cancelada. Após várias negociações com setores de governo e movimentos sociais o próprio CNDRS aprovou uma versão menos ousada, que, no entanto, também foi deixada de lado com a nova gestão à frente do Executivo Federal após 2003.

Recentemente a idéia de uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural foi retomada com a realização, finalmente, da I Conferência Nacional, em 2008. Tanto o perfil dos participantes como o teor do documento final reforçam novamente a idéia de uma política de corte eminentemente setorial.

Os exemplos mostram como a inércia institucional, apoiada em interesses e em sistemas cognitivos afinados com a lógica setorial cristalizados nos agentes sociais, se não bloqueiam, no mínimo limitam fortemente a operacionalização de uma visão de desenvolvimento de caráter territorial. Além da *illusio*, que assimila o rural ao atraso e à produção de bens primários e da dependência de caminho que ela gera, dificultando a mudança institucional, contribui o fato de que, em uma e em outra visão, o tipo de agentes e as possibilidades de articulação de seus interesses são sensivelmente diferentes. A lógica do território incorpora o espaço consumível, mas também o espaço imobilizado em componentes não monetarizáveis. Por decorrência, o enfoque territorial implica em lidar com aspectos não diretamente mercantis a influenciar as regras para a apropriação ou regulação do uso social destes espaços. Além disso, no território os agentes são múltiplos e, sobretudo, difusos, enquanto no enfoque setorial eles são facilmente identificáveis e seus interesses menos dispersos.

Como se vê, apesar da forte espacialidade que marca o rural, as regras do jogo continuam fortemente orientadas pelo viés setorial, na formulação das políticas, e na mobilização dos atores. Embora o discurso sobre desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso acadêmico e governamental na presente década, até o momento trata-se de uma incorporação “por adição” dos novos temas, sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar. Esta resiliência institucional, para usar os termos de Paul Pierson, fica mais uma vez evidente quando se analisa o conjunto de programas hoje existentes no Brasil, e apresentados a seguir.



3- Retrato e tipologia

Por causa das dificuldades elencadas na seção anterior, verificáveis na tentativa de passar da abordagem setorial à abordagem territorial, é difícil classificar as experiências de políticas de desenvolvimento territorial existentes no Brasil. Através de um levantamento exploratório, foi possível encontrar 59 programas governamentais que reúnem ao menos uma das características aqui consideradas como componentes da abordagem territorial: (a) envolver formas de apoio ou atividades que configurem um **caráter intersetorial**, ou (b) envolver uma **abrangência geográfica que extrapole o âmbito comunitário ou municipal**.

Sob estes critérios, cinco tipos de políticas poderiam ser identificados:

Tipo 1 – Políticas nacionais de desenvolvimento territorial: Políticas nacionais com abrangência geográfica mais ampla que comunidades e municípios e de caráter intersetorial.

Tipo 2 – Políticas nacionais com denominação territorial e enfoque setorial: Políticas nacionais com abrangência geográfica mais ampla que comunidades e municípios, mas de caráter setorial

Tipo 3 – Políticas estaduais de desenvolvimento territorial: Políticas estaduais com abrangência geográfica mais ampla que comunidades e municípios e de caráter intersetorial.

Tipo 4 – Políticas estaduais com abrangência territorial e enfoque setorial: Políticas estaduais com abrangência geográfica mais ampla que comunidades e municípios, mas de caráter setorial.

3.1 - Tipo 1 - Políticas nacionais de desenvolvimento territorial

No momento, **inexiste no Brasil, em âmbito nacional, uma política pública que contemple ações intersetoriais e intermunicipais, tal como prevê a abordagem territorial do desenvolvimento**. As três principais políticas que poderiam reivindicar este título falham, sobretudo, pelo caráter eminentemente setorial em que se apóiam, como se verá a seguir. Por esta razão se tem sublinhado a necessidade de completar uma transição, iniciada na virada da década de noventa, para a atual, quando o enfoque territorial alcançou o vocabulário dos planejadores de políticas, sem no entanto materializar-se de fato em ações compatíveis com a retórica desta abordagem.



3.2 - Tipo 2 - Políticas nacionais com denominação territorial e enfoque setorial

A principal política pública em curso e que adota o enfoque territorial como inspiração é o recém criado programa **Territórios da Cidadania**. Congregando ações de dezenove estruturas ministeriais, o programa visa fortalecer a dinâmica econômica das regiões interioranas do Brasil e promover a cidadania. Ele surge como uma das tentativas de ampliar o Programa de Apoio aos Territórios até então sob alçada da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério Agrário.

Embora reúna ações dispersas por quase duas dezenas de estruturas ministeriais, o programa não pode ser considerado intersetorial justamente pelo fato de que estão ausentes desta articulação os ministérios da Indústria e Comércio, do Turismo, e da Ciência e da Tecnologia, para citar os exemplos mais gritantes. Isto é, há, no âmbito do programa, um misto de políticas sociais com apoio à agricultura familiar.

Por tratar-se de um programa extremamente recente, é possível que algumas destas distorções sejam corrigidas no período futuro. Mas atualmente, pesa sobre ele toda a inércia da visão setorial do desenvolvimento herdeira das velhas concepções.

Um segundo programa importante é o **Programa de Apoio aos Territórios Rurais**, já citado, sob coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nele são reunidas ações de capacitação, associativismo e cooperativismo, dinamização das economias locais, e apoio à infra-estrutura. Todas estas ações e as atividades apoiadas restringem-se ao universo da agricultura familiar. Os estudos disponíveis atestam o caráter setorial dos investimentos e do público privilegiado e, mais que isso, um corte pouco inovador no conteúdo dos projetos apoiados.

Além destes que carregam o adjetivo territorial explicitamente, há outros que comportam elementos claramente compatíveis com a abordagem territorial, mas também eles não conseguem articular a contento diferentes setores ou competências ministeriais. Um deles é a **Agenda XXI**, sob responsabilidade do Ministério do Meio-Ambiente. No âmbito deste programa, várias ações relacionadas à conservação ambiental são apoiadas, algumas delas envolvendo ações e projetos produtivos, e sob coordenação de fóruns regionais com participação social. No entanto, o recorte mais uma vez é setorial e restrito a gestão de recursos naturais. Um segundo é o **Programa de Segurança Alimentar e Nutricional**, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social. Também aqui são constituídos fóruns regionais com participação social, no âmbito do qual são selecionados e apoiados projetos que favoreçam a segurança alimentar. Mais uma vez o recorte é setorial e restringe-se ao apoio a ações de produção e abastecimento alimentar em escala regional. Um terceiro é o **Programa das Mesorregiões**, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Aqui, o



objetivo consiste em fortalecer a competitividade das mesorregiões brasileiras mediante ações de articulação, capacitação e investimento em infra-estrutura. A articulação com os ministérios responsáveis pelas políticas setoriais é, contudo, frágil ou inexistente.

O que chama a atenção nestes programas é o fato de que todos eles prevêem: a) a elaboração de planos locais de desenvolvimento; b) a constituição de fóruns participativos para a gestão das políticas contidas nestes planos e que serão parcialmente apoiadas pelos programas. Contudo, inexistente qualquer tentativa de harmonização dos planos ou de concertação entre os fóruns criados. A expectativa é que o programa Territórios da Cidadania faça essa integração. Mas as dificuldades sentidas até aqui não são poucas. No momento atual estão sendo criados comitês estaduais visando corrigir as sobreposições. Não se tem, ainda, um desenho institucional que permita esta integração de fato.

3.3 -Tipo 3 - Políticas estaduais de desenvolvimento territorial

Existe atualmente uma única experiência estadual que tenta submeter à lógica territorial de planejamento seus principais investimentos e instrumentos de gestão. Ela vem sendo adotada pelo Governo do Estado da Bahia. Inicialmente, e sob impulso dado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi realizado um estudo que mapeou todas as iniciativas em curso e que envolviam articulações intermunicipais. Posteriormente foi elaborada uma classificação de todos os municípios do estado agregando-os nos chamados **Territórios de Identidade**. Alguns destes territórios passaram a receber o apoio daquele Ministério, enquanto outros passaram a ser objeto de investimento do próprio governo estadual. Hoje, o governo passou a usar esta divisão territorial como critério para a alocação de recursos do orçamento estadual, através do chamado **Plano Plurianual (PPA) territorializado**. O PPA é um instrumento previsto na legislação brasileira e que deve conter as diretrizes orçamentárias do governo federal, dos estados dos municípios (locais) para períodos quadrienais. Os montantes de investimento e de gastos com custeio, bem como as prioridades de utilização dos recursos públicos, devem ser especificados nestes Planos, que são aprovados pelo poder legislativo e ganham assim caráter oficial.

Para um futuro próximo, segundo entrevistas realizadas com gestores públicos da Bahia, existe a expectativa de integrar algumas das políticas e programas de abrangência territorial como o programa de gestão de recursos hídricos, o zoneamento ecológico-econômico e as políticas de apoio aos territórios. Por tudo isso pode-se dizer que no estado da Bahia se **encontra o estágio mais avançado de implementação da abordagem territorial**. Muito embora, deva-se ressaltar, **também ali ainda se trate de ações muito recentes e cuja integração de fato, sob um enfoque territorial, ainda não seja algo concreto**.



3.4 - Tipo 4: Políticas estaduais com abrangência territorial e enfoque setorial

Nesta categoria concentra-se a larga maioria das políticas e programas em curso. Nada menos do que 51 programas, num levantamento não exaustivo, têm uma abrangência geográfica compatível com o enfoque territorial, mas guardam uma ênfase setorial em suas ações. Estes programas poderiam ser classificados em quatro subtipos.

Sub-tipo 4.1 – Programas de desenvolvimento de regiões específicas: Há um grande número de experiências estaduais voltadas ao desenvolvimento de regiões interioranas, de características rurais. Nestas experiências, procura-se em geral apoiar uma determinada atividade – freqüentemente alguma atividade primária – e deposita-se sobre ela a expectativa de dinamização econômica local. Aqui cabe um destaque ao **Pro-mata** – Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco e sua possível ampliação para as outras duas grandes regiões que compõem o estado.

Sub-tipo 4.2 – Programas setoriais de implementação regional: Há um número expressivo de experiências que visam implementar regionalmente ações setoriais. Este é o caso de ações de comercialização ou de programas estaduais de apoio à produção familiar. O exemplo mais conhecido é o Projeto Dom Helder Câmara, voltado para um conjunto de aglomerados de municípios situados nos estados do Nordeste Brasileiro.

Sub-tipo 4.3 – Programas de micro-bacias e gestão de recursos hídricos: Embora tenham por mote a gestão de recursos hídricos, estes programas são vistos como verdadeiros programas de desenvolvimento rural. São particularmente importantes porque introduzem substantivamente a variável ambiental no planejamento das ações e investimentos. Em muitos casos, como em Santa Catarina e em São Paulo, a partir deles foram fomentadas várias associações que agora começam a coordenar atividades de caráter produtivo.



4- Algumas das principais políticas de desenvolvimento territorial em curso

Neste item são apresentados sucintamente as características dos programas mais importantes para se entender o estágio atual de implementação de políticas compatíveis com a abordagem territorial do desenvolvimento rural. A descrição reproduz a apresentação oficial dos programas. Diante da falta de estudos de impacto sobre cada um deles, após a apresentação são feitos alguns comentários a título de avaliação dos mesmos.

4.1- Programas federais

4.1.1- Territórios da Cidadania

Num primeiro momento, foram incluídos no Programa Territórios da Cidadania 60 Territórios do Programa Territórios Rurais que possuem menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH e baixo dinamismo econômico. O objetivo é que esses territórios recebam os principais programas do Governo Federal de forma integrada. Ao todo, são 135 ações de 15 ministérios para o desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais que beneficiará mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais. O investimento para 2008 é de R\$ 12,9 bilhões. Dentre o conjunto de ações estão: direitos e desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação e cultura, infra-estrutura, apoio à gestão territorial e ações fundiárias.

Os ministérios participantes do Programa são: Casa Civil; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cidades; Cultura; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Planejamento; Orçamento e Gestão; Saúde; Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Relações Institucionais.

Este é de longe o programa mais expressivo. Contudo, seu caráter ainda muito recente torna impossível dizer se se trata apenas de uma centralização de programas no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, ou se ele dará lugar a uma efetiva integração de políticas.



No momento, a principal crítica que se pode fazer ao programa é a ausência de competências ministeriais necessárias ao desenvolvimento das regiões interioranas, como é o caso da ausência de ministérios importantes como o da Ciência e Tecnologia ou dos ministérios da Indústria e Comércio e do Turismo.

4.1.2- Mesorregiões

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO incentiva a interface entre as diversas ações do governo em espaços específicos, as chamadas mesorregiões diferenciadas – que nada mais são do que territórios que envolvem regiões de um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais. O programa busca a redução das desigualdades sociais e regionais, a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas. Tem como objetivos: i) induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas especiais, preferencialmente em sub-regiões; ii) promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada; iii) buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas.

O Programa se constitui num dos braços operacionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional formulada pelo Ministério da Integração Nacional. O primeiro aspecto enfatizado pelo PROMESO é a organização e capacitação das populações nas Mesorregiões: Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingó, Chapada do Araripe, Águas Emendadas, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Bacia do Rio Itabapoana, Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, Grande Fronteira do Mercosul, Metade Sul do Rio Grande do Sul e Seridó.

Embora este programa não seja tão recente, não foi possível encontrar avaliações sobre seus resultados. A principal avaliação obtida junto a informantes chave diz respeito ao caráter isolado do programa em relação a outros ministérios. As ações de articulação nem sempre conseguem coordenar ou influenciar a alocação de recursos prevista em outros ministérios. Além disso, a participação social praticamente inexistente nos fóruns criados no âmbito deste programa.



4.1.3- Agenda XXI

A Agenda 21 é um plano de ação a ser realizado e adotado global, nacional e localmente - por governos e sociedade civil - em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Com base na construção e promoção de ações que equacionem justiça social, eficiência econômica e conservação ambiental constituem-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século 21.

A Agenda 21 Brasileira é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país, resultado de uma vasta consulta à população brasileira. Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS); construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global; e entregue à sociedade, por fim, em 2002. Já a Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações.

A avaliação corrente sobre este programa é que ele alcançou um grau importante de mobilização social. Contudo, as diretrizes das agendas locais raramente são incorporadas nos outros planos de desenvolvimento muitas vezes fomentados nos mesmos territórios. Em uma palavra, as agendas locais transformaram-se em referências incapazes, até aqui, de orientar de fato a alocação de investimentos públicos ou privados.

4.1.4 - Programa de Apoio aos Territórios Rurais

O Programa Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário adota a abordagem territorial apoiado, principalmente, em quatro aspectos: i) rural não se resume ao agrícola; ii) a escala municipal apresenta-se restrita à promoção do desenvolvimento; iii) necessidade de descentralização de políticas públicas e, iv) o território como unidade que melhor dimensiona laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições.

São ao todo 160 territórios apoiados, distribuídos nas cinco regiões do país, perfazendo um total de 2.392 municípios.

Para que haja a homologação do território junto à Secretaria é necessário que aconteça uma reunião e que a pauta seja encaminhada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, órgão responsável pela autorização. Além do CEDRS, o



programa possui, em sua estrutura, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, órgão colegiado que tem por objetivo contribuir para a superação da pobreza; contribuir para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; assim como contribuir para a diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora de territórios rurais; e, propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais está incluído no Plano Plurianual 2004-2007 com as seguintes ações: i) Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável; ii) Capacitação de Agentes de Desenvolvimento; iii) Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços; iv) Apoio à gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Também sobre este programa não existem boas avaliações disponíveis. Os poucos estudos existentes apontam que através do programa houve uma disseminação da retórica territorial, e um fortalecimento da capacidade de fiscalização e controle social dos investimentos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Contudo, as ações apoiadas não têm gerado perspectivas duradouras de geração de ocupação e renda, sobretudo por seu viés eminentemente setorial e restrito a atividades agrícolas tradicionais.

4.2. Programas regionais e estaduais

4.2.1 – Programa Territórios de Identidade (Bahia)

Com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de vinte e seis Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região.

Não existem dados sistematizados sobre investimentos feitos ou sobre impactos alcançados. Cada um dos vinte e seis territórios elaborou seus planos de desenvolvimento territorial e os investimentos vêm sendo feitos, ou por iniciativa do ministério do Desenvolvimento Agrário, naqueles assumidos como prioritários, ou pelo governo do Estado da Bahia, que se encarregou de atender as demandas dos demais territórios não atendidos pelo MDA.



Existe uma expectativa de que, com a territorialização do Plano Plurianual um volume maior de investimentos seja feito de acordo com as prioridades definidas nos territórios. Além disso, a intenção anunciada por gestores públicos do governo da Bahia, de buscar harmonizar iniciativas como os programas de gestão de recursos hídricos, as políticas e investimentos territoriais e o zoneamento econômico-ecológico, podem fazer desta experiência aquela mais próxima da abordagem territorial.

4.2.2 - Projeto Dom Helder de Combate à Pobreza Rural

O Projeto Dom Helder Câmara é um acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA. É uma experiência exitosa, porque além de desenvolver ações estruturantes para fortalecer a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no semi-árido nordestino, investe efetivamente na articulação e organização dos espaços de participação social. Neste sentido, os agricultores(as) familiares e os(as) assentados(as) da reforma agrária, através dos Comitês Territoriais e do Comitê Gestor, discutem suas necessidades, opinam sobre as possibilidades e definem ações prioritárias que possam alterar, significativamente, o rumo de suas vidas. As ações complementares de educação, saúde, capacitação, produção, comercialização, serviços financeiros, gênero e etnia desenvolvidos pelo Projeto são fundamentais.

O Projeto atua em seis estados da Região Nordeste - Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Dos 900.000Km² de Semi-Árido nordestino o projeto buscará criar impacto sobre 32,78% da área total.

Avaliação recentemente realizada pelo FIDA mostra que onze mil famílias foram diretamente beneficiadas pelo programa e que o mesmo gerou impactos na renda na ordem de um a um e meio salários mínimos por família. A avaliação é também bastante positiva quanto aos meios mobilizados pelo projeto, como a participação social, a integração de políticas e articulação entre políticas sociais e produtivas. Seria de se perguntar, contudo, se estas ações serão duradouras dado ao seu caráter tradicional e de frágil inserção em mercados.

4.2.3 – Programas Microbacias

Em Santa Catarina o Programa tem como objetivo central promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visem ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense de forma sustentável e com efetiva participação dos atores envolvidos. Sua abrangência é todo o Estado de Santa Catarina, devendo atingir 879 microbacias hidrográficas (52% das existentes). Serão atendidos prioritariamente os pequenos agricultores familiares com renda de até dois salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas 879 microbacias distribuídas nos 293 municípios do estado, através dos seguintes



componentes ou ações: Inversões Rurais; Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural; Implantação do Programa Microbacias com ações de conservação ambiental.

Em São Paulo o programa tem por objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo, por meio da ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico-agronômica, visando o aumento do bem-estar das populações rurais, seja pela implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade, como a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a melhoria na qualidade e a quantidade das águas, com plena participação e envolvimento dos beneficiários (produtores amparados pelo projeto), e da sociedade. Os municípios devem atender a dois pré-requisitos básicos: i) possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; ii) formalizar convênio com o Estado que contemple as diferentes ações do P.E.M.B.H. no município.

A elaboração do plano de ação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, através de diagnóstico participativo, visa à participação da comunidade como parte determinante no processo de transformação da sua condição socioeconômica e política. A aplicação desta técnica permite que a própria comunidade seja capaz de sanar os problemas encontrados, principalmente os que envolvem a questão ambiental.

O Programa incentiva os produtores rurais a adotarem práticas conservacionistas com a liberação de subvenções econômicas para a aquisição de implementos agrícolas e de recursos para construção de abastecedouros comunitários; cercas de proteção de mananciais e terraços, doação de mudas para reflorestamento, doação de sementes para adubação verde, difusão de conhecimento e dos sistemas de produção que privilegiam o desenvolvimento rural sustentável; educação ambiental envolvendo milhares de alunos do ensino fundamental em todo o Estado.

A avaliação disponível sobre estes programas é bastante positiva e ressalta o aprendizado gerado com a sua trajetória. De ações que continham inicialmente um cunho eminentemente agrônomo, foi possível passar à incorporação de outras dimensões de caráter social e produtivo. No âmbito destes programas foram criadas importantes formas associativas que hoje se valem das ações inicialmente apoiadas para, a partir delas, conferir uma expectativa verdadeiramente multidimensional e sustentável em médio prazo. Aqui o principal desafio parece consistir em como alinhar aos instrumentos de apoio destes programas, outros que permitam agregar competências e recursos que não estão disponíveis sob a rubrica da conservação ambiental.



Conclusão

O levantamento das políticas e programas de desenvolvimento territorial existentes no Brasil aqui apresentado permite quatro constatações.

Primeiro, não existe, ainda, nenhum programa que implemente, a contento, o conjunto de elementos trazidos com a abordagem territorial do desenvolvimento rural. Aqui se toma como indicadores substantivos desta abordagem dois aspectos: o caráter intersetorial e a abrangência mais ampla do que comunidades ou municípios. Visto sob este ângulo, nota-se que houve no Brasil desta década uma incorporação da retórica territorial, mas sem um correspondente processo de mudança institucional com ela compatível.

Segundo, apesar desta inovação por adição, sem uma mudança institucional compatível, existe um número importante de experiências que trazem em si embriões da abordagem territorial. Estas experiências constituem uma base fenomenal sobre a qual poderiam incidir estímulos voltados a impulsionar a complementaridade potencial que existe entre elas. O grande desafio aqui consiste em superar um duplo viés que restringe o alcance destas políticas: o viés de combate à pobreza e o viés setorial que restringe as ações à agricultura e aos agentes sociais vinculados ao agro.

Terceiro, o momento atual é particularmente favorável a um novo salto qualitativo em direção à abordagem territorial. A recente implementação do programa Territórios da Cidadania, embora não tenha superado o duplo viés limitante, acima apontado, traz uma condição inédita na história brasileira recente: pela primeira vez se reconhece a necessidade de uma política de grande envergadura para o Brasil rural, e pela primeira vez as políticas voltadas a este intuito são colocadas sob a gestão de uma instância com real capacidade de articulação intersetorial e interministerial, a Casa Civil. Os programas estaduais como aquele implementado pelo governo bahiano e pelos governos de São Paulo e Santa Catarina, embora com trajetórias muito diferentes, mostram também como programas em curso podem ser importantes plataformas para um novo desenho institucional, no qual as políticas de desenvolvimento rural ganhem em complementaridade.

Quarto, a grande incógnita que emerge é: quais serão as forças sociais capazes de completar a transição do enfoque setorial ao enfoque territorial, uma vez que este é, necessariamente, multisetorial e multidimensional? A emergência da abordagem territorial no Brasil se deu a partir de estudos e avaliações sobre as políticas para a agricultura familiar experimentadas na década anterior, no Brasil e no mundo. É possível que, mais uma vez, o aprendizado gerado com as tentativas de implementação desta abordagem no Brasil e no mundo sirvam como um novo impulsionador. Daí a importância de elaborar análises mais aprofundadas a partir dos elementos trazidos com este



levantamento e, sobretudo, de levar ao debate com os gestores públicos os resultados destas análises.



Bibliografia consultada

ABRAMOVAY, Ricardo (2003). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

BAGNASCO, Arnaldo (1977). **Tre Italie – la problemática territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Società Editrice il Mulino.

BID (2005). **Política de Desarrollo Rural**. Consultado em www.rimisp.org/bidpoliticarural

CEPAL; FAO; RIMISP (2003). "La pobreza rural en América Latina: lecciones para una reorientación de las políticas". **Série Seminários e Conferências**, n. 27. Santiago de Chile.

COULOMB, Pierre (1991). "Du secteur au territoire – vers um nouveau modèle sócio-politique". **Pour**, 130/131: 21-28, Paris.

ECHEVERRIA, Ruben – Ed. (2001). **Development of rural economies**. BID, Washington, D.C.

ESCOBAL, Javier (2002). **Nuevas instituciones para el desarrollo agrícola y rural en América Latina y Caribe**. CUREMIS II. FAO.

FAO (2004). **Una propuesta para el desarrollo rural – Desarrollo Territorial Participativo y Negociado (DTPN)**. Grupo de Trabajo SDA.

FAVARETO, Arilson (2005). "Do Pronaf ao desenvolvimento territorial – elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural". *Paper* apresentado no **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Belo Horizonte/MG.

FAVARETO, Arilson (2007). **Paradigmas do desenvolvimento rural em**. São Paulo: Fapes/Ed. Iglu.

FIDA (2007). Avaliação do Projeto Dom Helder Câmara. Relatório de Avaliação. <http://www.projetodomhelder.gov.br>

GARCIA, Alex Barril (2002). **Desarrollo rural – concepto, institucionalidad y políticas en el 2001**. Santiago de Chile: IICA.



MANTZAVINOS, C.; NORTH, Douglas C.; SHARIQ, Syed (2003). **Learning, institutions and economic performance**. Max Planck Institute for Research on Collective Goods, consultado em www.ssm.com/abstract=510902.

NAVARRO, Zander (2008). **Manejo de recursos naturais ou desenvolvimento rural?** O aprendizado dos projetos microbacias em Santa Catarina e São Paulo. Relatório de pesquisa. São Paulo.

NORTH, Douglass (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press.

NORTH, Douglass (2005). **Learning, institutions and economic performance**. Princeton University Press.

OCDE (1993). **What future for our countryside ? A rural development policy**. Paris: OCDE.

OCDE (1996). **Indicateurs territoriaux de l'emploi - le point sur le développement rural**. Paris: OCDE.

OCDE (2003). **The future of rural policy - from sectoral to place-based policies in rural areas**. Paris: OCDE.

PIERSON, Paul (2004). **Politics in time - history, institutions and social analysis**. Princeton University Press.

PRZEWORSKI, A. (2003). "Institutions Matter?". *Paper* presented at the Seminar **Institutions, Behavior and Outcomes**. Cebrap, São Paulo.

RAY, Christopher (2000). "The EU Leader Programme - rural development laboratory". In: **Sociologia Ruralis**, Vol. 40, N. 2, April/2000.

SCHEJTMAN, Alexander & BERDEGUÉ, Julio (2003). "Desarrollo territorial rural". In: ECHEVERIA, R. - Ed.. **Desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales**. BID. Washington, D.C.

SERAGELDIN, Ismail & STEEDS, David eds. (1997). **Rural well-being - From vision to action. Proceedings of the Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development**. Environmentally and Socially Sustainable Development Proceedings Series, n. 15. The World Bank, Washington, DC.



THE WORLD BANK (1997). **Rural well-being – From vision to action. Proceedings of the Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development.** Washington, DC.

THE WORLD BANK (2001-a). **Plan de Acción para el Desarrollo Rural en América Latina y el Caribe – un insumo para la Revisión de la Visión a la Acción.** Resumen del Informe. Marzo, 2001.

THE WORLD BANK (2001-b). **Rural development strategy and action plan for the Latin America and the Caribbean Region.** Vol. 1. Main Report. 2001.

THE WORLD BANK (2005). **Beyond the city – the rural contribution to development.** Report. Consultado em www.worldbank.org .

VEIGA, José Eli (1998). **A face territorial do desenvolvimento.** Relatório de pesquisa. Fapesp. São Paulo.

VEIGA, José Eli (2000). **A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Ed. UFRGS.

VEIGA, José Eli (2004). “Destinos da ruralidade no processo de globalização”. **Estudos Avançados**, n. 51, maio-agosto 2004, p. 51-67.

YRUELA, Manuel P. et al. (2000). **La nueva concepción del desarrollo rural – estudio de casos.** CSIC/Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andaluzia. Córdoba: 2000.



Anexos

Breve descrição das políticas e programas de desenvolvimento no Brasil com componentes da abordagem territorial



Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Título do Programa: Territórios Rurais

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Desenvolvimento Territorial

<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>

Descrição:

O Programa Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário adota a abordagem territorial apoiado, principalmente, em quatro aspectos: i) rural não se resume ao agrícola; ii) a escala municipal apresenta-se restrita à promoção do desenvolvimento; iii) necessidade de descentralização de políticas públicas; iv) o território como unidade que melhor dimensiona laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições.

São ao todo 160 territórios apoiados, distribuídos nas cinco regiões do país, perfazendo um total de 2.392 municípios.

Para que haja a homologação do território junto à Secretaria é necessário que aconteça uma reunião e que a pauta (Ata) seja encaminhada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, órgão responsável pela autorização. Além do CEDRS, o programa possui, em sua estrutura, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, órgão colegiado que tem como objetivos: contribuir para a superação da pobreza; contribuir para a redução das desigualdades de renda, gênero, geração e etnia; assim como contribuir para a diversificação das atividades econômicas e sua articulação dentro e fora de territórios rurais; e, propiciar a adoção de instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais está incluído no Plano Plurianual 2004-2007 com as seguintes ações: i) Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável; ii) Capacitação de Agentes de Desenvolvimento; iii) Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços; e, iv) Apoio à gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.



Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Título do Programa: Territórios da Cidadania

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Desenvolvimento Territorial

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>

Descrição:

Num primeiro momento, foram incluídos no Programa Territórios da Cidadania 60 Territórios do Programa Territórios Rurais que possuem menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH e baixo dinamismo econômico. O objetivo é que esses Territórios recebam os principais programas do Governo Federal de forma integrada. Ao todo, são 135 ações de 15 ministérios para o desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais, que beneficiará mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais. O investimento para 2008 é de R\$ 12,9 bilhões.

Dentre o conjunto de ações estão: direitos e desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação e cultura, infraestrutura, apoio à gestão territorial e ações fundiárias.

Os ministérios participantes do Programa são: Casa Civil; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cidades; Cultura; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Planejamento; Orçamento e Gestão; Saúde; Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Geral da Presidência da República e; Secretaria de Relações Institucionais.



Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Título do Programa: Projeto Dom Helder Câmara

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Expedito Rufino. <http://www.projedomhelder.gov.br>

Descrição:

O Projeto Dom Helder Câmara é um acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA. É uma experiência exitosa, porque além de desenvolver ações estruturantes para fortalecer a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no semi-árido nordestino, investe efetivamente na articulação e organização dos espaços de participação social. Neste sentido, os agricultores(as) familiares e os(as) assentados(as) da reforma agrária, através dos Comitês Territoriais e do Comitê Gestor, discutem suas necessidades, opinam sobre as possibilidades e definem ações prioritárias que possam alterar, significativamente, o rumo de suas vidas. As ações complementares de educação, saúde, capacitação, produção, comercialização, serviços financeiros, gênero e etnia desenvolvidos pelo Projeto são fundamentais.

O Projeto atua em seis estados da Região Nordeste - Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Dos 900.000Km² de Semi-Árido nordestino. O projeto buscará criar impacto sobre 32,78% da área total.



Governo Federal - Ministério da Integração Nacional

Título do Programa: Programa de Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional - (61) 3414-5867

<http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/index.asp>

Descrição: O objetivo do programa é articular instituições federais, estaduais e locais na implementação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial a fim de buscar a redução das desigualdades regionais e promover a ativação dos potenciais diversidade social, econômica e social do território. O planejamento e a implementação dessas ações são orientados conforme as escalas territoriais nacional, macrorregional, mesorregional, microrregional e intra-urbana. Para atender a um dos objetivos do Plano Plurianual 2004/2007 – reduzir as desigualdades regionais – o Ministério da Integração elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, que adota a caracterização das realidades regionais conforme mapa com as microrregiões geográficas brasileiras, definidas pelo IBGE.

A política considera o cruzamento de duas variáveis: i) Rendimento domiciliar médio por habitante; e ii) Variação dos Produtos Internos Brutos (PIB) microrregionais entre 1990 e 1998, calculados com base nas estimativas dos PIB municipais.

O Programa tem como estratégias de implementação: i) Dotar a PNDR dos meios necessários à articulação das ações associadas à política, promover sua difusão nos diversos níveis federativos e realizar a capacitação dos agentes locais de desenvolvimento regional; ii) Promover a articulação entre as entidades responsáveis pelas ações do programa – Ministério da Integração Nacional, Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e; iii) Promover a articulação entre o Ministério da Integração Nacional e os ministérios setoriais, na busca pela consolidação dos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional como referência auxiliar na implantação das diversas políticas públicas.



Governo Federal - Ministério da Integração Nacional

Título do Programa: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Políticas Regionais - (61) 3414-5809

<http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp>

Descrição:

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO incentiva a interface entre as diversas ações do governo em espaços específicos, as chamadas mesorregiões diferenciadas – que nada mais são do que territórios que envolvem regiões de um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais. O programa busca a redução das desigualdades sociais e regionais, a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas. Tem como objetivos: i) induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas especiais, preferencialmente em sub-regiões; ii) promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada e; iii) buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas.

O Programa se constitui num dos braços operacionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional formulada pelo Ministério da Integração Nacional. O primeiro aspecto enfatizado pelo PROMESO é a organização e capacitação das populações nas Mesorregiões: Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingó, Chapada do Araripe, Águas Emendadas, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Bacia do Rio Itabapoana, Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, Grande Fronteira do Mercosul, Metade Sul do Rio Grande do Sul e Seridó.



Governo Federal - Ministério da Integração Nacional

Título do Programa: Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Políticas Regionais - (61) 3414-5809

<http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp>

Descrição:

O Programa tem como objetivo reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais e sub-regionais com maior incidência de secas. O Programa é desenvolvido por meio de uma ação coordenada, entre o Ministério da Integração Nacional e demais ministérios setoriais, para a convergência de esforços na implementação de programas de desenvolvimento regional em articulação com governos estaduais e municipais das áreas afetadas pela seca com aproveitamento de projetos de recursos hídricos. Fazem parte da estratégia de implementação a criação de instâncias locais para a definição de prioridades e fiscalização e avaliação sobre os resultados dos programas.



Governo Federal - Ministério da Integração Nacional

Título do Programa: Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Políticas Regionais - (61) 3414-5809

<http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais/index.asp>

Descrição:

O Programa tem como área de abrangência a região da Faixa de Fronteira, com 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, abrangendo 11 unidades da Federação e 588 municípios, reunindo aproximadamente 10 milhões de habitantes. O programa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul. Os principais desafios estratégicos do PDFF são: i) Definição de estratégias respeitando a diversidade da região; ii) Associação da soberania com uma perspectiva de desenvolvimento e integração da América do Sul; iii) Fortalecimento das condições de cidadania para a população local e organização da sociedade civil e; iv) Articulação do programa com a nova Política de Desenvolvimento Regional.

O Programa possui três grandes linhas de ação: i) Desenvolvimento das cidades gêmeas; ii) Articulação das prioridades do PDFF com o desenvolvimento das mesorregiões prioritárias dos Programas de Desenvolvimento Regional e; iii) Melhoria das condições econômicas, sociais e de cidadania das sub-regiões que compõem a Faixa de Fronteira (a Faixa de Fronteira foi dividida em três arcos: Norte, Central e Sul).



Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente

Título do Programa: Programa Nacional de Ecoturismo

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - (61) 3317-1413

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=140&idMenu=6645>

Descrição:

O Programa Nacional de Ecoturismo atua no âmbito da bacia do Velho Chico em articulação com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), também coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O componente Turismo Sustentável, da linha de ação Economia Sustentável, do PRSF, tem como estratégia identificar, fomentar e desenvolver o potencial turístico sustentável da bacia e fortalecer os arranjos produtivos locais relacionados à atividade, envolvendo as Regiões do Baixo, Sub-Médio, Médio e Alto São Francisco.

A partir do envolvimento e articulação dos setores sociais e institucionais situados ao longo da bacia, foi construído o Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do São Francisco.



Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente

Título do Programa: Programa Zoneamento Ecológico-Econômico

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Departamento de Zoneamento Territorial (61) 3317-1041

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=151>

Descrição:

O Zoneamento Ecológico-Econômico é um Programa do Plano Plurianual, de caráter multissetorial e descentralizado, gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente e com executores federais, estaduais e municipais. Materializa a transversalidade requerida pelos programas e projetos de meio ambiente, assim como incorpora e subsidia as políticas regionais de desenvolvimento e as ações de gestão do território.

Tem por objetivo proporcionar base técnico-científica e operacional ao planejamento estratégico em nível federal, propondo uma ação sinérgica em termos institucionais, congregando órgãos públicos para a consolidação das informações existentes, integrando e disponibilizando a experiência de cada um deles a serviço dos tomadores de decisão no país; apoiar técnica e operacionalmente as iniciativas de projetos de ZEE no país, nas dimensões sub-regionais, estaduais e locais, incentivando as discussões sobre a ocupação do território, bem como a geração de propostas sustentáveis de uso dos recursos naturais.

É um instrumento de estado que possibilita recuperar uma visão de conjunto da nação, bem como subsidiar políticas autônomas para uso estratégico do território, concretiza um novo arranjo institucional do sistema de planejamento, ao funcionar como um sistema de informações e avaliação de alternativas, servindo como base de articulação às ações públicas e privadas que participam da reestruturação do território, segundo as necessidades de proteção, recuperação e desenvolvimento com conservação.

É um instrumento enquadrado na noção contemporânea de política pública, tendo por horizonte a redução da desigualdade social e o respeito ao pluralismo, contribuindo para a prática de uma cidadania ativa e participativa à medida que pressupõe a abertura de canais institucionais com a sociedade para fins de consulta, informação e co-gestão, articulando diversas escalas de abordagem, cada qual portadora de atores e temas específicos.



Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento Social

Título do Programa: Programa de Segurança Alimentar - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD

Responsável (órgão e contato): Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN, Departamento de Apoio a Projetos Especiais - (61) 3433-1167
<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad>

Descrição:

Os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local são organizações territoriais, institucionalmente formalizadas, com um número definido de municípios que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos e projetos de segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento local, gerando trabalho e renda. Constituem-se como associações civis sem fins lucrativos, formadas por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 de representantes da sociedade civil de cada município participante.

Nestes territórios, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apóia a implantação de projetos de combate à pobreza relacionados a sistemas agroalimentares, capazes de intervir na realidade sócio-territorial, integrando políticas públicas, envolvendo atores sociais e gerando trabalho e renda. Os Projetos Consad devem refletir os anseios do Fórum CONSAD e ter passado pela discussão e aprovação, por meio de assembléia.

O enfoque territorial do Consad considera:

- a) os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM);
- b) as relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais existentes na região;
- c) a dimensão física e ambiental do território;
- d) suas potencialidades geoestratégicas para arranjos sócio-produtivos sustentáveis;
- e) reorganização do território visando à inclusão social;
- f) construção de uma institucionalidade capaz de mediar conflitos e agregar esforços, de forma a direcionar a integração territorial para os objetivos de segurança alimentar e nutricional, com desenvolvimento local;
- g) identidade territorial e solidariedade social.

Estão implantados 40 CONSADs, distribuídos em 26 estados brasileiros, envolvendo 580 municípios e uma população de mais de 11 milhões de habitantes.



Rio Grande do Sul

Título do Programa: Pró-Mar de Dentro

Responsável (órgão e contato): Secretaria Estadual de Meio Ambiente /

Coordenadora: Maria Elisabete Ferreira (51) 3288-8143 / mardentro@sema.rs.gov.br
<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/programas.htm>

Descrição:

Programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para o Desenvolvimento Sustentável, a Recuperação e o Gerenciamento Ambiental da Região Hidrográfica Litorânea, abrangendo as Bacias Litoral Médio, Camaquã, Piratini-São Gonçalo - Mangueira e Jaguarão.

O Programa atinge totalmente, ou em parte, o território de 50 municípios localizados na metade sul do Rio Grande do Sul, com uma população de cerca de 1.020.000 pessoas. São aproximadamente 63.000 km² - 22,5% do território gaúcho. A Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim (binacional) somam 13.116 km², ocupando 21% da área do Programa, e a lagoa Mangueira com uma área de 808 km².

O Desenvolvimento Regional associado ao Gerenciamento de Bacias Hidrográficas são os principais motes do Programa, tendo por instrumentos o Planejamento Estratégico e a Educação Ambiental.

Entre as ações prioritárias do programa estão: apoio e fomento a atividades como pesca, navegação, aqüicultura, agricultura ecológica (orizicultura, fruticultura etc.), ecoturismo e turismo convencional; produção de pedras ornamentais; silvicultura e recuperação de matas ciliares, entre outras atividades tradicionais ou emergenciais na região, bem como a cooperação com os COREDEs e Municípios, e o estímulo à formação de Comitês de Bacias Hidrográficas.

O Programa tem como principal objetivo constituir um Plano Diretor de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Regional, com vistas a orientar e promover o gerenciamento ambiental participativo, o desenvolvimento sustentável, a preservação e recuperação ambiental das bacias hidrográficas da sua área de abrangência, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de sua população. As ações do Programa serão implementadas de acordo com as necessidades diagnosticadas, com a capacidade dos órgãos co-executores e com os recursos financeiros disponibilizados e captados, e estão distribuídas em sete subprogramas.



Rio Grande do Sul

Título do Programa: RS Rural - Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza Rural

Responsável (órgão e contato): Secretaria da Agricultura e Abastecimento / (51) 3288-6347 / rsrural@saa.rs.gov.br
<http://200.198.161.130/rsrural/>

Descrição:

O Programa desenvolve ações, projetos, capacitações, pesquisas e estudos direcionados às comunidades rurais de todo o Estado, onde há maior concentração de pobreza e problemas de degradação ambiental. O RS Rural estimula a geração de renda, através da utilização e manejo adequado dos recursos naturais, apóia a implantação de obras de infra-estrutura social básica familiar e comunitária, possibilitando aos beneficiários acesso a bens e serviços.

O RS Rural tem uma concepção diferenciada dos programas de crédito. Suas ações estão alicerçadas em uma estratégia metodológica de estímulo a participação e a organização efetiva dos beneficiários e lideranças locais, na busca de soluções conjuntas. O Programa é uma importante ferramenta governamental de apoio ao desenvolvimento regional e de resgate da cultura e valores de diversos segmentos da sociedade. O RS Rural tem representantes em todos os municípios participantes do Programa que atuam nas tomadas de decisões durante todo o processo. São eles que definem as famílias e comunidades a serem beneficiadas pelo Programa, a partir de critérios e procedimentos estabelecidos pelo RS Rural.

Os representantes, no caso dos projetos de agricultores e pecuárias familiares, estão organizados nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). O Programa viabiliza recursos para projetos integrados, que são desenvolvidos tendo como unidade de planejamento a microbacia hidrográfica. A partir de uma estratégia comum, são estabelecidas práticas para melhorar a qualidade de vida das famílias, integrando ações de infra-estrutura social, familiar e comunitária, manejo e conservação dos recursos naturais e geração de renda. Há recursos também para projetos especiais, atividades de capacitação e para estudos e pesquisas.



Santa Catarina

Título do Programa: Programa de recuperação ambiental e apoio ao pequeno produtor rural - PRAPEM/ Microbacias 2

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural / (48) 3239-4170 / imprensamb2@microbacias.sc.gov.br
<http://www.microbacias.sc.gov.br/>

Descrição:

O Programa tem como objetivo central promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visem ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense de forma sustentável e com efetiva participação dos atores envolvidos.

Sua abrangência é todo o Estado de Santa Catarina, devendo atingir 879 microbacias hidrográficas (52% das existentes). Serão atendidos prioritariamente os pequenos agricultores familiares com renda de até dois salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas 879 microbacias distribuídas nos 293 municípios do estado, através dos seguintes componentes ou ações:

Inversões Rurais em Apoio ao PRAPEM (FUNDIR).
Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/ PRAPEM.
Implantação do Programa PRAPEM/MICROBACIAS 2



Santa Catarina

Título do Programa: Desenvolvimento Regional da Agricultura Familiar e da Pesca

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural / (48) 3239-4020 /

<http://www.agricultura.sc.gov.br>

Descrição:

Os objetivos do Programa é apoiar a construção de políticas e estratégias de desenvolvimento regional e cooperação intra-regional, a diversificação e o aumento da produtividade rural e pesqueira, a criação de instrumentos de cooperação e parcerias, as cooperativas de crédito e outras formas de organização; expandir a equivalência em produtos; viabilizar estratégias de comercialização por meio de consórcios; estimular a educação e a formação profissional incluindo jovens e mulheres; gerar trabalho e renda pelo aproveitamento dos recursos naturais; promover o desenvolvimento florestal; conceder empréstimos para atividades agrícolas e pesqueiras; revender máquinas, equipamentos, petrechos e outros bens e serviços; valorizar as atividades e serviços não agrícolas no meio rural; fortalecer o turismo rural e o agroturismo; motivar e valorizar os pequenos produtores e pescadores; implementar o Fundo de aval e viabilizar a implantação do seguro agrícola. O Programa conta com as seguintes ações:

- Ações Suplementares de Apoio ao Desenvolvimento Rural Pesqueiro;
- Compra e Venda de Máquinas, Equipamentos e Outros Bens de Consumo;
- Seguro Agrícola;
- Concessão de Empréstimos para as atividades Agrícolas e Pesqueiras;
- Implementação do Fundo de Aval;
- Desenvolvimento Florestal;
- Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento;
- Diversificação da Economia Agrícola e Rural;
- Equivalência em Produtos;
- Seminários Regionais;
- Trapiche comunitário;
- Implantação de Recifes Artificiais na Costa Catarinense;
- Construção de Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Agropecuário Regional;
- Centro de Informações para o meio rural (Projeto Beija-flor).



Paraná

Título do Programa: Desenvolvimento Territorial Sustentável

Responsável (órgão e contato): Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER / (41) 3250-2100 /

<http://www.emater.pr.gov.br/emater/emater.php?mid=93>

Descrição:

O Desenvolvimento Territorial Sustentável representa uma das ações da EMATER inerentes ao Programa de Apoio a Agricultura Familiar. Trabalha em três linhas:

- **Formação de Conselheiros:** No Paraná existem 196 conselhos municipais de desenvolvimento rural constituídos. Nos municípios onde estas organizações ainda não foram formadas, programas como o Paraná 12 Meses¹, do Governo do Estado, também exige a reunião de lideranças para definir os projetos prioritários e orientar a aplicação dos recursos oficiais.
- **Organização Social para o Desenvolvimento:** Consolidação dos Planos de Desenvolvimento municipais; inserção das prioridades obtidas nesses planos no Plano Plurianual; inserção das propostas nos Planos Diretores Municipais; capacitação de agentes de desenvolvimento e gestores territoriais e apoio a novas iniciativas territoriais; Realização de seminários regionais e estadual de desenvolvimento.
- **Planejamento nos municípios:** Municípios com características culturais, econômicas, sociais e ambientais semelhantes e com desafios e problemas comuns estão agrupados em Áreas de Programação Integrada API. Nestas microrregiões, a instituição atua junto com lideranças e outras organizações procurando buscar a superação mais rápida e eficaz dos entraves. No Paraná existem 78 API que contam com serviço de extensão rural oficial e a atuação de uma equipe de técnicos liderada por um articulador de desenvolvimento rural, que coordena a execução das ações definidas coletivamente. Na realização de seu trabalho, há participação de diversas organizações públicas e privadas, formais e informais, ligadas direta ou indiretamente ao meio rural, e ainda assessora e presta serviços a 3,6 organizações.

¹ www.simep.seab.pr.gov.br/index.jsp



São Paulo

Título do Programa: Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

Responsável (órgão e contato): Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento / Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada - CATI / (19) 3743-3700 / http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/pemh/pemh.php

Descrição:

O programa tem por objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo, por meio da ampliação das oportunidades de ocupação, melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e uma reorientação técnico-agronômica, visando o aumento do bem-estar das populações rurais, seja pela implantação de sistemas de produção agropecuária que garantam a sustentabilidade, como a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a melhoria na qualidade e a quantidade das águas, com plena participação e envolvimento dos beneficiários (produtores amparados pelo projeto), e da sociedade. Os municípios devem atender a dois pré-requisitos básicos: i) possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; ii) formalizar convênio com o Estado que contemple as diferentes ações do P.E.M.B.H. no município.

A elaboração do plano de ação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, através de diagnóstico participativo, visa à participação da comunidade como parte determinante no processo de transformação da sua condição socioeconômica e política. A aplicação desta técnica permite que a própria comunidade seja capaz de sanar os problemas encontrados, principalmente os que envolvem a questão ambiental.

O Programa incentiva os produtores rurais a adotarem práticas conservacionistas com a liberação de subvenções econômicas para a aquisição de implementos agrícolas e de recursos para construção de abastecedouros comunitários; cercas de proteção de mananciais e terraços, doação de mudas para reflorestamento, doação de sementes para adubação verde, difusão de conhecimento e dos sistemas de produção que privilegiam o desenvolvimento rural sustentável; educação ambiental envolvendo milhares de alunos do ensino fundamental em todo o Estado.

Há interface desse Programa com o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/RecMataCiliar/RecMataCiliar.php).



São Paulo

Título do Programa: Microbacias em Assentamentos Rurais

Responsável (órgão e contato): Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento / Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada - CATI e Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP / (19) 3743-3700 /

http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/MicrobaciasAssentRurais/MicrobaciasAssentRurais.php

Descrição:

Visando oferecer às comunidades quilombolas e assentados toda a assistência técnica e extensão rural que merecem e têm direito, foi firmado convênio entre Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), órgão da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania e a CATI, para ampliação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas para os assentamentos rurais.

Atualmente esta parceria abrange 21 microbacias hidrográficas que são trabalhadas em conjunto pelas duas instituições.

A região do Pontal do Paranapanema que atinge as regionais de Presidente Venceslau e Presidente Prudente da CATI é onde está concentrada a maioria dos trabalhos (mais da metade das microbacias conjuntas). Com esta parceria são atendidos mais de 1300 produtores na região.



Rio de Janeiro

Título do Programa: Projeto Rio Rural

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento / Superintendência de Desenvolvimento Sustentável / Responsável: Nelson Teixeira / (21) 2299-9520 / microbacias@agricultura.rj.gov.br
http://www.seaapi.rj.gov.br/rio_rural.asp

Descrição:

O objetivo do Projeto é promover a autogestão sustentável dos recursos naturais por comunidades rurais através da adoção de práticas de manejo sustentável de recursos naturais (MSRN) dentro da abordagem de manejo integrado de ecossistemas (MIE). A microbacia hidrográfica é utilizada como unidade de planejamento, contribuindo para a diminuição das ameaças à biodiversidade, a inversão do processo de degradação das terras e o aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola em ecossistemas críticos e únicos de importância global da Mata Atlântica do Norte-Noroeste Fluminense, melhorando a qualidade de vida dessas populações.

Tem como estratégia de intervenção o manejo integrado de ecossistemas em microbacias hidrográficas. As ações são focadas em gerar uma maior capacidade dos atores para o manejo sustentável de recursos naturais em microbacias hidrográficas. Este objetivo será alcançado através do aprimoramento da abordagem participativa adotada no trabalho da extensão rural junto às comunidades rurais inseridas nas microbacias hidrográficas. O eixo central dos trabalhos é o fortalecimento das organizações comunitárias para a autogestão sustentável dos recursos naturais. O fortalecimento institucional das organizações comunitárias das microbacias leva a um processo de mobilização, organização e engajamento em atividades comunitárias, cívicas e de representação, que contribui para a elevação do capital social, geração de renda e aumento do nível de sensibilização coletiva para as questões ambientais dessas populações rurais, inserindo-os como gestores responsáveis pela manutenção da biodiversidade, redução da erosão dos solos e aumento dos estoques de carbono nas paisagens rurais.



Minas Gerais

Título do Programa: Combate à Pobreza Rural

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53379&coSeqEstrutura=844&coEstruturaPai=10>

Descrição:

O Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais – PCPR/MG (“PAPP II”) é uma ação do Governo de Minas Gerais, coordenada pelo sistema Sedvan/Idene, desenvolvida com recursos do Banco Mundial e contrapartida do Tesouro Estadual, com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza no meio rural do Estado, especialmente nas regiões Norte e Nordeste de Minas, apoiando investimentos comunitários, não reembolsáveis, de natureza produtiva, social e de infra-estrutura básica, executado diretamente pelas comunidades rurais. Beneficiará as comunidades rurais mais pobres do estado e abrangerá 188 municípios, sendo 89 da Região do Norte de Minas, 53 do Vale do Jequitinhonha, 35 do Vale do Mucuri e 11 da região central (microrregião de Curvelo), área de atuação da Sedvan/Idene.

O Projeto preconiza o desenvolvimento da capacidade dos atores locais de identificar e conhecer a sua realidade de forma participativa, analítica e crítica, construindo coletivamente um diagnóstico de sua situação e da comunidade na qual estão inseridos, com indicação de ações para a superação de entraves, por meio dos subprojetos e, de forma integrada, de outras políticas públicas que venham a ser desenvolvidas no município. Os projetos podem ser de infra-estrutura, produtivos e sociais.

Serão liberados recursos da ordem de US\$ 35 milhões, já aprovados pelo Banco Mundial, de um total previsto de US\$ 70 milhões, para apoiar o Governo de Minas Gerais na redução da pobreza nas áreas rurais do Estado.



Minas Gerais

Título do Programa: Microbacias - Projeto de Gestão e Manejo de Sub-bacias Hidrográficas

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Coordenação: EMATER / Responsável: Ênio Resende de Souza / (31) 3349-8031 / bacias@emater.mg.gov.br

<http://www.agricultura.mg.gov.br/pgm03.asp#pag03019>

Descrição:

O projeto tem por objetivo a revitalização das sub-bacias selecionadas proporcionando a melhoria da oferta de água em quantidade e qualidade para o desenvolvimento sustentável.



Minas Gerais

Título do Programa: Controle dos Processos Erosivos no Manejo Integrado de Sub-bacias.

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Coordenação: Rural Minas / Responsável: Antonio de Pádua Pereira / (31) 3207-7868 / padua@ruralminas.gov.br
<http://www.agricultura.mg.gov.br/pgm05.asp#pag05037>

Descrição:

O projeto tem como objetivo garantir a sustentabilidade das atividades antrópicas nas bacias hidrográficas de Minas Gerais, estabelecendo ações prioritárias, com objetivo de recuperar, conservar e preservar o meio ambiente, e de aumentar a quantidade e qualidade da água ofertada, melhorando a qualidade de vida dos usuários.



Minas Gerais

Título do Programa: Programa de Reestruturação Sócio-Econômica da Região de Irapé

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Coordenação: EMATER e Rural Minas / Responsável: João Carlos Guimarães / (31) 3349-8240 / irape@emater.mg.gov.br
<http://www.agricultura.mg.gov.br/pgm06.asp#pag06041>

Descrição:

O projeto tem como objetivo elevar o IDH regional por meio da implementação de ações direcionadas à promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos municípios que integram a área de influência da Usina Hidrelétrica de Irapé.



Minas Gerais

Título do Programa: Projeto Jaíba

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Coordenação: EMATER, EPAMIG e Rural Minas / Sub-coordenação: Alexandre Hideki Kawakami / (31) 32156362 / alexandre.kawakami@agricultura.mg.gov.br
<http://www.agricultura.mg.gov.br/pgm08.asp#pag08056>

Descrição:

O projeto tem como objetivo assegurar o assentamento de pequenos produtores e agricultores empresariais, reestruturar e revitalizar seus processos produtivos. Promover o desenvolvimento sustentável da agricultura no norte do estado, visando consolidar o pólo agroindustrial, aumentando a participação da região no mercado interno e externo de frutas.



Minas Gerais

Título do Programa: Projeto para Construção do Centro de Formação da Agricultura Familiar

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Coordenação: EMATER / Responsável: Ronald César Gava / (31) 3349-8149 / ronald@emater.mg.gov.br

<http://www.agricultura.mg.gov.br/pgm08.asp#pag08057>

Descrição:

O projeto tem como objetivo a construção e instalação de um Centro de Formação de Agricultura Familiar, que atuará diretamente na capacitação e inclusão social dos Agricultores Familiares da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, tendo como base as orientações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.



Minas Gerais

Título do Programa: Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Coordenação: SEAPA, EMATER, SEMAD e Rural Minas / Responsável: Aluizio Fantini Valério / (31) 3212-6837 / revitalizacao@semad.mg.gov.br
<http://www.agricultura.mg.gov.br/pgm08.asp#pag08062>

Descrição:

O projeto tem como objetivo garantir a sustentabilidade das atividades antrópicas na bacia do São Francisco, estabelecendo ações prioritárias, com objetivo de recuperar, conservar e preservar o meio ambiente, e de aumentar a quantidade e qualidade da água ofertada, melhorando a qualidade de vida dos usuários.



Minas Gerais

O Governo do Estado de Minas Gerais conta ainda com os seguintes programas que não estão voltados diretamente ao público rural, mas que acabam sendo beneficiados com tais projetos. Há também projetos que estão direcionados ao Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas:

Cidadão Net:

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53391&coSeqEstrutura=921&coEstruturaPai=10>

Cidadão Nota 10:

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53389&coSeqEstrutura=1440&coEstruturaPai=10>

Mil Mulheres em Ação:

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=51169&coSeqEstrutura=1440&coEstruturaPai=10>

Pró-Água:

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53535&coSeqEstrutura=922&coEstruturaPai=10>

Revitalização do Rio das Velhas

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53311&coSeqEstrutura=922&coEstruturaPai=10>

Turismo solidário:

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53398&coSeqEstrutura=845&coEstruturaPai=10>

Apicultura em Desenvolvimento:

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53394&coSeqEstrutura=844&coEstruturaPai=10>

Artesanato em Movimento

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53396&coSeqEstrutura=844&coEstruturaPai=10>

Leite pela vida



<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53385&coSeqEstrutura=844&coEstruturaPai=10>

Sorriso no Campo

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=53382&coSeqEstrutura=1440&coEstruturaPai=10>

Vida no Vale

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/acoesGoverno?op=estruturaConteudo&coConteudo=54807&coSeqEstrutura=1341&coEstruturaPai=10>



Espírito Santo

Título do Programa: Plano de Bacias Hidrográficas e Apoio a Comitês

Responsável (órgão e contato): Instituto Estadual de Meio Ambiente / Responsável: Cláudio Almeida C. Filho / (27) 3136-3527 / suplan@iema.es.gov.br
<http://www.iema.es.gov.br/default.asp>

Descrição:

A Subgerência de Planos de Bacia Hidrográfica e Apoio a Comitês (SUPLAN) tem por finalidade a execução das ações de implementação dos Planos de Bacias Hidrográficas; o subsídio e a análise das propostas e critérios para criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica; a orientação na criação dos Comitês da Bacia Hidrográfica; o subsídio técnico ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos em suas atribuições; a proposição de estratégias para a implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacia Hidrográfica e outras atividades correlatas.



Goiás

Título do Programa: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano

Responsável (órgão e contato): Agência Goiana de Desenvolvimento Regional / Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento / agdr@agdr.goias.gov.br
<http://www.agdr.goias.gov.br/index.php?idEditoria=2437>

Descrição:

O objetivo do Programa é corrigir as distorções e os desequilíbrios da região, integrando-a as demais regiões do Estado, impulsionando o setor produtivo através do aproveitamento das potencialidades existentes visando a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano – Nordeste Novo – é uma estratégia de atuação do Governo de Goiás para promover, em parceria com as prefeituras, o desenvolvimento dos municípios que integram o Nordeste do Estado, dotando-os de recursos e apoio técnico para o crescimento harmônico e equilibrado. Baseia-se em 5 eixos estruturantes: Infra-estrutura econômica e urbana; Infra-estrutura fundiária; Incremento da produção agropecuária e turismo; Infra-estrutura social e Institucional.



Goiás

Título do Programa: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano

Responsável (órgão e contato): Agência Goiana de Desenvolvimento Regional / Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento / agdr@agdr.goias.gov.br
<http://www.agdr.goias.gov.br/index.php?idEditoria=2438>

Descrição:

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano tem como objetivo corrigir as distorções e os desequilíbrios da região, integrando-a as demais regiões do Estado, impulsionando o setor produtivo visando o aproveitamento das potencialidades existentes, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

Uma das estratégias que contemplam o Plano Estratégico do Governo de Goiás é propiciar um desenvolvimento espacial e ambiental integrado e sustentado, tendo como meta a integração das regiões do Estado e de reduzir suas desigualdades. Uma das regiões do Estado contempladas com esse Programa é a Região Norte de Goiás, devido aos desequilíbrios sócio-econômicos dessa região. Assim a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano, visa alterar seu perfil sócio-econômico de forma integrada e permanente, com indução a novos investimentos, gerando um aumento na renda da região e uma melhor qualidade de vida de sua população utilizando as suas potencialidades regionais em termos de bens, riquezas, produtos e recursos naturais locais, como elementos construtivos desse processo, procurando o tratamento e a gestão de seus entraves com a execução de projetos específicos e a projeção de suas potencialidades, as quais reunirão perspectivas mais imediata de desenvolvimento e competitividade, inserindo assim a Região Norte dentro da estratégia governamental de promover o desenvolvimento harmônico e equilibrado.



Bahia

Título do Programa: Territórios de Identidade

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Planejamento / (71) 3155-3550

http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html

Descrição:

Com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

Esta política encontra grande possibilidade de ampliação com as iniciativas recentes do governo estadual. Uma delas é ao Plano Plurianual, que passou a se organizar de acordo com esta divisão territorial. Outra é a expectativa de integrar ações como a gestão de recursos hídricos, o zoneamento ecológico econômico e as políticas territoriais.



Bahia

Título do Programa: Programa de Recuperação com Modernização e Diversificação do Pólo Sisaleiro

Responsável (órgão e contato): Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária / Coordenação EBDA/ SEAGRI: Marcelo Libório / (71) 3155-2769

<http://www.ba.gov.br/>

Descrição:

O programa de Recuperação, Modernização e Diversificação do Polo Sisaleiro, se expande por 30 municípios do semi-árido baiano. Além da recuperação de culturas degradadas, o programa contempla o consórcio com caprino-ovinos, bem como culturas forrageiras que servem como reserva estratégica para alimentação do rebanho no período de seca. A cultura do sisal é essencial para a economia da região e para a sobrevivência das comunidades rurais, dependentes da agricultura familiar em função das condições do clima semi-árido que limitam outras alternativas da atividade produtiva. A capacidade de gerar empregos abre mercado de trabalho, atualmente, para cerca de 600 mil pessoas, desde o cultivo até a industrialização, fixando, assim, o homem no campo.

O programa tem como objetivos a melhoria da produtividade - através da limpeza dos campos com utilização de técnicas adequadas de colheitas; a substituição das antigas máquinas paraibanas por máquinas FAUSTINO, que não mutilam o desfibrador; beneficiar cerca de 2 mil pequenos produtores de sisal; capacitar os produtores em manejo e cultivo de sisal para melhor aproveitamento da cultura, bem como gerenciamento e comercialização; organização dos produtores; incrementar as pesquisas de aproveitamento da fibra e de subprodutos do sisal.

São beneficiários do Programa: produtores familiares, pequenos e médios produtores, bem como associações e cooperativas.



Bahia

Título do Programa: Programa Sertão Produtivo

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O objetivo geral do Programa é desenvolver as principais cadeias produtivas do semi-árido baiano, aperfeiçoando os sistemas de policultivos verticalizados, ampliando a produção do Estado, promovendo a integração em redes e a inserção competitiva dos produtos nos mercados local, nacional e internacional. Tem como foco as seguintes ações: Apoiar empreendimentos comunitários, municipais e territoriais de agroindustrialização; Qualificar técnicos da ATER no atendimento aos agricultores familiares com foco na caprino-ovinocultura; Massificar técnicas simples de manejo sanitário, alimentar e reprodutivo; Estruturar Arranjos Institucionais de desenvolvimento das principais cadeias produtivas; Estimular a formação e o funcionamento de uma Rede Estadual de Comercialização dos abatedouros de caprinos e ovinos; Incentivar a inclusão da juventude rural na atividade apícola; Apoiar projetos e iniciativas de incremento da produção apícola nos territórios; Organizar, planejar e qualificar a ação dos técnicos e agentes de ATER que prestam assistência técnica aos apicultores; Apoiar projetos de fortalecimento das atividades de produção, beneficiamento e comercialização da cana; Desenvolver o cultivo de caju junto aos agricultores familiares e suas organizações, através da produção e distribuição de mudas do fruto, além da realização de campanhas de incentivo e beneficiamento.

A área de abrangência são os Territórios de Identidade: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-árido Nordeste II, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Itaparica (Ba/Pe), Piemonte Norte do Itapicuru.



Bahia

Título do Programa: Programa Bio-Sustentável

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O Objetivo geral do Programa é Inserir os agricultores familiares na base de produção e de beneficiamento das culturas fornecedoras de óleos para fins de biodiesel.

O Programa tem como metas: Ampliação da renda de 100 mil agricultores familiares; uma nova matriz energética instalada em bases sustentáveis; 600 mil hectares cultivados com oleaginosas.

Suas principais ações são: Adquirir, produzir e distribuir sementes de culturas oleaginosas; Estimular o surgimento e o fortalecimento de empreendimentos de agregação de valor com a extração do óleo; Gerar e transferir tecnologias de sistemas de produção da cultura de oleaginosas, adquirindo e distribuindo insumos, máquinas e equipamentos necessários ao cultivo; Ordenar e supervisionar o serviço de ATER proporcionado pelas Integradoras de Biodiesel; Divulgar os benefícios do Selo Combustível Social; Promover eventos de estímulo ao plantio das oleaginosas em sistema de consórcio; Qualificar o quadro técnico que atua na ATER em sistemas de produção integrados por culturas oleaginosas.

A abrangência do Programa Território por Identidade são os seguintes: Irecê, Chapada Diamantina, Recôncavo, Litoral Norte-Agreste de Alagoinhas, Nordeste II, Portal do Sertão, Baixo-Sul e Sul.



Bahia

Título do Programa: Programa UNIATER

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O Objetivo geral do Programa é Universalizar o Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, dinamizando a produção e a rentabilidade das propriedades rurais, a partir do acesso sistemático às informações tecnológicas e ao crédito.

O Programa tem como metas: 625 mil agricultores familiares do Estado assistidos tecnicamente; Elevar a renda média das propriedades familiares em 50%. Serão 700 milhões de reais aplicados em crédito rural do Pronaf por ano. São 25 Planos Territoriais de ATER com planejamento e controle social implantados.

Suas principais ações são: Incentivar e apoiar a elaboração de Planos Municipais Territoriais de ATER; Qualificar o quadro técnico executor das ações de ATER em metodologias participativas e agroecológicas; Aprimorar, desenvolver e divulgar experiências de elaboração participativa de planejamento comunitário; Credenciar e supervisionar as entidades públicas e organizações sociais na execução de projetos de ATER.

A abrangência do Programa são todos os Território de Identidade.



Bahia

Título do Programa: Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O objetivo geral do Programa é organizar e promover a comercialização dos produtos da agricultura familiar, em sistemas de redes, nos mercados regional, estadual, nacional, internacional, especialmente, o comércio justo.

As principais ações são: Apoiar a estruturação e o funcionamento de bases de serviços territoriais de apoio à comercialização; Estimular a criação e o fortalecimento de uma marca de origem comum aos produtos da agricultura familiar; Realizar eventos promocionais de produção no mercado; Implantar, em Salvador um Centro Público de Apoio a Comercialização, associado a uma base de serviço estadual integrada às bases de serviços territoriais; Incentivar a inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado institucional (compras públicas); Promover o aprimoramento das legislações sanitárias, ambiental e tributária; Apoiar projetos de agro-industrialização e comercialização em rede, conduzidos por organizações cooperativas.

Área de abrangência: todos os 26 Territórios de Identidade



Bahia

Título do Programa: Programa Integrar

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O objetivo geral do Programa é apoiar a elaboração participativa dos planos territoriais de desenvolvimento integrados sustentáveis e o processo de gestão social dos programas e projetos.

Tem como metas: Elaboração de 25 Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável; 75 arranjos produtivos e/ou arranjos institucionais pactuados para a execução de programas e projetos nos territórios; 1.500 agentes territoriais públicos e privados qualificados para a gestão social de políticas públicas.

Tem como ações prioritárias: Fortalecer a participação dos agricultores familiares nos colegiados territoriais para a gestão social do desenvolvimento participativo; Promover a integração das políticas públicas nos territórios em arranjos institucionais; Estimular a elaboração participativa de programas e projetos territoriais com monitoramento e controle social; Implantar projetos nos territórios que fortaleçam a agricultura familiar.

Área de abrangência: todos os 26 Territórios de Identidade.



Bahia

Título do Programa: Programa Mata Verde

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O objetivo geral do Programa é promover a recuperação da cultura do cacau, a diversificação, a verticalização e o incremento da produção de hortifrutigranjeiros, através da oferta sistemática de sementes e mudas, assistência técnica, implantação de agroindústrias e acesso dinâmico ao crédito para os agricultores familiares e inter-relação com o turismo rural.

Tem como metas: 12 pólos de produção de frutas dinamizados com a incorporação de 40 mil hectares de novos pomares; 100 mil famílias com renda ampliada e produção verticalizada; 12 mil empregos gerados em atividades rurais não agropecuária como o turismo e o artesanato; 150 mil hectares de cacau renovados; 160 mil hectares de culturas de mandioca e culturas industriais (pupunha, cravo, seringueira), inhame, flores, recuperados; 80 mil hectares de dendê em produção comercial, sendo 32 subespontâneo e 48.000 implantados.

Tem como ações: Estimular iniciativas de empreendimentos turísticos conduzidos por agricultores familiares; Fomentar projetos coletivos de diversificação e agregação de valor à produção familiar rural; Produção e distribuição de mudas de fruteiras através das biofábricas; Capacitar agricultores na análise e redimensionamento diversificado das propriedades rurais; Promover a elaboração de arranjos institucionais de viabilização de pólos de fruticultura; Apoiar iniciativas comunitárias, municipais e territoriais de agra-industrialização de frutas tropicais e mandioca.

Área de abrangência: Territórios de Identidade: Baixo Sul, Litoral Sul, Vale do Jequiriçá, Extremo Sul, Médio Rio de Contas, Recôncavo, Itapetinga.



Bahia

Título do Programa: Programa São Francisco

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O objetivo geral do Programa é promover a produção agrícola nos territórios do velho Chico, Irecê, Sertão do São Francisco e Itaparica a partir de uma inter-relação com o Plano de Recuperação da Bacia do Rio São Francisco (BRS).

Tem como metas: Alcançar 45.000 famílias envolvidas com o programa de recuperação de pastagens em Sistema Agro-Florestal (SAF), sendo 15.000 por território; Firmar parcerias para recuperação produtiva e sustentável dos perímetros irrigáveis; 3 novos pólos de agro-industrialização implantados, um por território, vinculados às atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas; Articulação entre indústria e produção nos sistemas de agroindústrias de elevado valor agregado que exigem grandes inversões de capitais; criar 1 pólo de produção de derivados da mandioca; 1 pólo supra-territorial de negociação e comercialização de produtos da agricultura familiar, articulado com a rede estadual; 5 pólos de produção de leite e derivados dinamizados.

Área de abrangência: Territórios de Identidade: Territórios do Velho Chico, Irecê, Sertão do São Francisco e Itaparica.



Bahia

Título do Programa: Programa Habitar com Cidadania

Responsável (órgão e contato): Superintendência da Agricultura Familiar / (71) 3155-2839

<http://www.seagri.ba.gov.br/programas.asp?qact=viewprogram&prgid=70>

Descrição:

O objetivo geral do Programa é viabilizar a construção e a entrega de residências rurais para famílias que habitam em casas consideradas inadequadas para a vida humana.

Tem como metas a construção, por ano, de 6.000 casas com quintais produtivos, totalizando 24.000 até 2010.

Tem como ações: Acompanhar e colaborar com a operacionalização do Programa junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e as organizações dos agricultores familiares; Captação de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) junto a CEF para o programa de moradias no campo com quintais produtivos; Destinação de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões) de reais do Fundo de Combate a Pobreza, por ano, para fundo de contrapartida.

Área de abrangência: Territórios de Identidade: Território do Velho Chico, Irecê, Sertão do São Francisco e Itaparica.



Sergipe

Título do Programa: Planejamento Participativo

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Planejamento

http://www.se.gov.br/userfiles/arquivos/192/caderno_especial_1_etapa_e_mapa_territorios.pdf

Descrição:

O Governo do Estado de Sergipe, através da Secretaria de Planejamento, realizou oficinas municipais, territoriais e estadual de planejamento, de onde surgiram 8.671 demandas, sendo 5.212 de abrangência municipal, 1.271 de âmbito territorial e 2.188 de escala estadual, divididas entre das áreas de Educação; Saúde; Segurança; Assistência Social; Habitação; Agropecuária; Administração Pública; Indústria, Comércio, Serviços e Turismo; Cultura, Esporte e Lazer; e Infra-Estrutura: estradas, energia e saneamento ambiental.

O Estado está dividido em 8 Territórios que representam uma identidade social, cultural e ambiental.



Sergipe

Título do Programa: Programa de Redução da Pobreza Rural

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Planejamento / Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (79) 3179-5045

<http://www.pronese.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=4>

Descrição:

O Programa de Redução da Pobreza Rural - PCPR II é uma ação do Governo de Sergipe com o apoio do Banco Mundial para a redução da pobreza rural no Estado. Através de financiamentos não reembolsáveis. O Projeto busca incentivar as comunidades rurais localizadas nas áreas mais pobres do Estado a realizar investimentos e empreendimentos de interesse comunitário que promovam o seu desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de suas populações.

O Programa tem como objetivo central apoiar o Governo do Estado de Sergipe na Redução da Pobreza Rural, e suas conseqüências, através: Da provisão de pequenos investimentos comunitários (subprojetos comunitários) orientados para criação de infraestrutura básica e geração de renda e de emprego para as camadas mais pobres da população rural; Da descentralização da alocação de recursos e tomada de decisões para os níveis locais, mediante o apoio aos Conselhos Municipais e às Associações de beneficiários no planejamento, priorização dos subprojetos, execução e manutenção dos investimentos; Do estímulo à criação e à consolidação de organizações comunitárias, Associações e Conselhos Municipais que poderão servir como instrumentos de planejamento, de controle social, de expressão das necessidades das comunidades pobres para a superação das barreiras ao seu desenvolvimento econômico e social.

Estima-se que nesta fase serão beneficiadas pelo menos 52 mil famílias, através do financiamento de aproximadamente 1.000 (mil) subprojetos comunitários nos 71 municípios selecionados.

O Projeto abrange uma área de 71 municípios do Estado, com exceção dos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro que compõem a Região Metropolitana de Aracaju e apresentam altas taxas de urbanização. Referida área apresenta uma extensão territorial de 21.191 Km² e uma população de 1.016.549 habitantes.



Sergipe

Título do Programa: Zoneamento Ecológico-Econômico

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos / (79) 3179-7300

http://www.se.gov.br/index/leitura/id/1110/Zoneamento_Ecologico-Economico_do_Estado_de_Sergipe.htm

Descrição:

O ZEE é um dos instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente, que estabelece diretrizes para organização do território. O zoneamento deve ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental. Ele é ainda destinado a assegurar o potencial econômico da região e as formas de uso sustentável desse potencial, definindo áreas de zoneamento agrícola e limites para recomposição de reserva legal.

O Zoneamento Agroecológico do Estado de Sergipe tem a participação de órgão público e coordenação EMBRAPA e SEMARH.



Alagoas

Título do Programa: Arranjos Produtivos Locais

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento / (82) 3315-1533

<http://www.planejamento.al.gov.br/projetos%20e%20programas/arranjos-produtivos-locais-apls/papl/>

Descrição:

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas ou produtores localizados em um mesmo território e que apresentam especialização produtiva e vínculos de cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, como: governos, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

O Programa de Mobilização para o Desenvolvimento de Arranjos e Territórios Produtivos Locais no Estado de Alagoas define a estratégia de atuação do Governo de Alagoas em conjunto com o SEBRAE/AL e demais parceiros para a geração de ocupação e renda, tendo como base a atuação prioritária em ações coletivas e integradoras direcionadas ao desenvolvimento dos micro e pequenos negócios.

O Programa dispõe de uma Coordenação Estadual composta pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN e pelo SEBRAE/AL. Cabe à SEPLAN promover a articulação das diversas secretarias executivas, que têm participado desde a estruturação do Programa, conjuntamente com o SEBRAE, integrando as ações com os demais parceiros públicos e privados.

Os APLs selecionados abrangem todas as regiões do Estado, envolvendo 60% dos municípios.

Em sua estrutura desenvolve os seguintes Planos: Apicultura, Laticínios, Mandioca, Móveis, Ovino-caprino, Piscicultura, Turismo Costa dos Corais, Tecnologia da Informação e Turismo em Alagoas.



Paraíba

Título do Programa: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado da Paraíba
Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente / (83) 3218-4371.

<http://www.sectma.pb.gov.br/meio%20ambiente/ZEE.php>

Descrição:

O Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado da Paraíba objetiva nortear uma política para desenvolver a região dos Cariris Paraibano, através da ordenação territorial e preservação dos recursos naturais. Além dessas atividades, o ZEE também vai elaborar e executar estudos integrados dos recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável, e evitando o êxodo rural e o processo de desertificação que se instala na sub-região.

Os Cariris paraibanos ocupam uma área de 1.124.080 hectares, abrangendo 25 municípios. Constitui-se de uma porção expressiva da Zona Semi-árida do Estado, podendo ser chamada de uma sub-região, com clima, solos e vegetação típicos do Semi-árido, tradicionalmente dedicada à produção de algodão, sisal, milho e feijão. Conta, por outro lado, com uma produção pecuária economicamente importante, especificamente, de bovinos de leite e corte, caprinos e ovinos deslanados.

Devido a grande riqueza de recursos existentes nos Cariris Paraibanos, o projeto de Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado da Paraíba pretende conservar e preservar a área e a relação homem-natureza.



Rio Grande do Norte

Título do Programa: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças / (84) 3232-1900

<http://www.seplan.rn.gov.br/fun-projetos-detalle.asp?codprojeto=3>

Descrição:

O PDSS é um plano que visa dotar a região do Seridó de uma base ampla de informações acerca da terra, do homem, riquezas e oportunidades. Essa base servirá para apoiar e orientar programas e projetos de investimentos.

Objetivos: Reduzir significativamente a indigência, pobreza e desigualdades sociais do Estado; Elevar a qualidade de vida da população, melhorando os indicadores sociais do Estado; Gerar mais renda e emprego para a população, distribuindo melhor os benefícios sociais resultantes da dinâmica econômica; Dinamizar a economia e o fortalecimento da base econômica, constituindo no Estado novos focos de dinamismo da economia nacional; Conservar recursos naturais e de meio ambiente, com a recuperação de áreas degradadas, o uso nacional desses recursos, de forma a garantir, a longo prazo, a sustentabilidade do desenvolvimento do Estado; Fortalecimento da cidadania e da organização e consciência da sociedade de sua participação social.

No mapeamento de campo, o espaço do Seridó foi trabalhado em três zonas homogêneas:

Caicó, com 12 municípios: Caicó, Cruzeta, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas.

Currais Novos, com 06 municípios: Acari, Carnaúba dos Dantas, Currasi Novos, Equador, Parelhas e São Tomé.

Serras Centrais, com 10 municípios: Bodó, Cerro Corá, Florânia, Lagoa Nova, Santana do Matos, São Vicente, Tenente Laurentino Cruz, Campo Grande, Jucurutu e Triângulo Potiguar.



Ceará

Título do Programa: Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural

Responsável (órgão e contato): Secretaria do Desenvolvimento Agrário / (85)3101.8000 / sda@sda.ce.gov.br
<http://www.sda.ce.gov.br/>

Descrição:

Ações dentro do Projeto:

- Investimentos em Infra-estrutura básica e Hidroagrícola;
- Formação Humana e Social para o desenvolvimento sustentável;
- Segurança alimentar e nutricional – Fome Zero;
- Apoio ao desenvolvimento da agroindústria familiar;
- Apoio a feiras e eventos da agricultura familiar;
- Contrato de regime de co-gestão para o desenvolvimento territorial



Ceará

Título do Programa: Desenvolvimento Regional - Arranjos Produtivos Locais

Responsável (órgão e contato): Secretaria das Cidades / (85)3101.4450 /

cidades@cidades.ce.gov.br

<http://www.cidades.ce.gov.br/>

Descrição:

Em 2007, a Secretaria das Cidades, através da CODIR - Coordenação de Desenvolvimento e Integração Regional -, trabalhou na reestruturação da, outrora, REDE APL, hoje Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Dec. 28.810, de 03/08/2007), que passou a compor, junto ao MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, o GTP-APL - Grupo de Trabalho Permanente para Apoio aos APLs.

Para alavancar o desenvolvimento endógeno de algumas regiões, o Ceará priorizou dez atividades produtivas, as quais foram indicadas ao MDIC para compor, em parceria com o Governo Federal, a lista de APLs a serem apoiados no Brasil. Esses arranjos, indicados pelo Núcleo Estadual de Apoio aos APLs, devem elaborar Planos de Desenvolvimento a serem encaminhados ao MDIC, com o intuito de pleitear recursos para melhoria das atividades e, conseqüentemente, para promoção econômica e social de suas regiões.

Arranjos priorizados pelo Núcleo Estadual de Apoio aos APLs: Calçados do Cariri; Cerâmica de Russas; Móveis de Marco e Bela Cruz; Turismo do Cariri; Turismo da Ibiapaba; Agronegócio do Caju; Leite do Sertão Central e Vale do Jaguaribe; Ovino-caprinocultura dos Inhamuns; Redes de Dormir de Jaguaruana; Confecções de Moda Íntima de Frecheirinha.

Além das dez atividades produtivas priorizadas para os trabalhos do Núcleo Estadual, a Secretaria das Cidades listou cinco outras atividades a serem apoiadas durante o ano de 2008, quais sejam: Redes de Dormir de Várzea Alegre; Artesanato de Palha Itaíçaba; Artesanato de Palha de Palhano; Artesanato do Cariri; e Artesanato da Ibiapaba.



Ceará

Título do Programa: Comitês de Bacias

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Recursos Hídricos / (85)3101.3994 / srh@srh.ce.gov.br

<http://www.srh.ce.gov.br/comites-de-bacias>

Descrição:

Pescadores, vazanteiros, irrigantes e industriais reúnem-se em assembleias para deliberarem sobre o uso e a distribuição da água, otimizando seu uso de acordo com as ofertas disponíveis e o tipo de utilização ao longo do ano. Participam também das assembleias, representantes da sociedade civil organizada: sindicatos, associações e prefeituras. São no total 10 comitês:

- Baixo Jaguaribe;
- Coreaú;
- RMF;
- Litoral;
- Médio Jaguaribe;
- Acaraú;
- Alto Jaguaribe;
- Banabuiu;
- Curu;
- Salgado.



Maranhão

Título do Programa: Regionalização

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

Contato: Carlos Alberto Pinheiro Barros / (98) 3218-2106 / cazoba@seplan.ma.gov.br

<http://www.seplan.ma.gov.br/pagina.php?IdPagina=131>

(Documento em PDF retirado da página eletrônica da Secretaria)

Descrição

O projeto tem como principal proposição a divisa do estado em 32 Unidades Regionais. Este trabalho desenvolveu-se a partir da definição de critérios que reunissem um conjunto de características que delimitassem regiões geográficas, dentre os quais estão: aspectos fisiográficos (relevo, uso da terra e cobertura vegetal), infra-estrutura de acesso (estradas), conformação e número de municípios, aspectos socioeconômicos, cultura e sentimento de pertencimento.

O novo modelo adotado, das 32 regiões de planejamento, potencializa o desenvolvimento regional e territorial, no sentido de melhor efetivar as ações governamentais e integrar políticas públicas estaduais, municipais e federais, se constituindo num pré-requisito para o processo de descentralização administrativa das ações do Governo. Para eficácia das políticas públicas torna-se necessário maior participação da sociedade no seu processo de elaboração e execução, levando-se em consideração esse conjunto de fatores que formam a diversidade do território maranhense. Com este propósito foi feita a Nova Regionalização do Estado, tendo em vista que o Maranhão, como todo o Brasil, apresenta grandes desigualdades inter-regionais, resultantes de um processo histórico, acelerado pela globalização, que nas últimas décadas permitiu a dinamização ou a estagnação de regiões, com acirrados conflitos sociais em função do fluxo migratórios rumo às regiões dinâmicas.

O processo de descentralização administrativa do Estado passa pela regionalização e se reconhece no trabalho que está sendo executado pela Comissão Técnica de Implantação das Regiões de Planejamento, criada no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, com o objetivo de promover a transformação de regiões de planejamento em territórios de desenvolvimento.



Maranhão

Título do Programa: Zoneamento Ecológico- Econômico

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão / (98) 3218-8952

<http://www.sema.ma.gov.br/portal/portaloo?id=1>

Descrição:

O desenvolvimento da agropecuária, a aprovação de assentamentos rurais, ocupação de novos setores nas cidades e exploração de recursos naturais (manejo de floresta, mineração, pesca e extrativismo, entre outras atividades) deverão ser realizados de acordo com o zoneamento. O ZEE-MA será um instrumento estimulador do desenvolvimento sustentável, porque apontará o potencial econômico de cada região e as formas de uso de seu potencial, definindo as áreas de zoneamento agrícola e os limites para a recomposição de reserva legal.



Tocantins

Título do Programa: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Infra-Estrutura / (63) 3218-1640

<http://www.seinf.to.gov.br/MostrarPDRS.aspx>

Descrição:

O projeto ainda não está em execução. Há na página eletrônica uma manifestação de interesse em contratação de consultores para a Secretaria de Meio Ambiente para elaboração do Plano Estadual de Irrigação do Tocantins. Outra manifestação de interesse é para a contratação de consultores para a elaboração de Plano de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica do Tocantins. A contratação deverá ser realizada até os dias 08 e 15 de agosto respectivamente.



Pará

Título do Programa: Planejamento Territorial Participativo

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Planejamento Participativo, Orçamento e Finanças / (91) 3204-7400

<http://www.septp.pa.gov.br//>

Descrição:

O Planejamento Territorial Participativo foi lançado em abril de 2007, com o objetivo de ser um instrumento de desenvolvimento sustentável e integrado das 12 regiões do estado construído com a garantia de participação popular. Neste sentido durante os meses de abril e maio de 2007 foram realizadas 12 Plenárias Públicas Regionais onde a população quando os 143 municípios do Pará tiveram a oportunidade de participar da construção do processo planejamento do Estado.

Durante o mês de julho foram realizadas 143 Assembléias Públicas Municipais em todos os municípios paraenses com o intuito de votar três prioridades do município que deveriam ser inclusas no PPA 2008-2011, além de eleger os Conselheiros Regionais que compõem os 12 Conselhos Regionais do PTP.

No mês de agosto de 2007 tiveram lugar as 12 reuniões dos Conselhos Regionais com o objetivo de debater os pareceres dos órgãos da administração pública estadual sobre as demandas votadas nos 143 municípios do estado e eleger os representantes do Conselho Estadual do Planejamento Territorial Participativo. No dia 28 de agosto de 2007 foi instalado o Conselho Estadual do PTP onde tomaram posse os 84 Conselheiros eleitos nos Conselhos Regionais do PTP, além dos 22 representantes do poder executivo estadual e de organizações da sociedade civil. No dia 29 de agosto de 2007 foi entregue a Assembléia Legislativa do Pará o Plano Plurianual 2008-2011 onde foram incluídas as demandas votadas pela população do estado, nas 143 Assembléias Públicas Municipais do PTP.

Conta com 3.983 Conselheiros Regionais, 106 Conselheiros estaduais, 430 obras e serviços inclusos no PPA 2008-2011 votados pela população dos 143 municípios do Estado. Tem como principais objetivos fiscalizar e monitorar as obras e serviços votados pela população nas 12 regiões do estado, oferecer cursos de formação e capacitação de conselheiros estaduais e regionais, garantindo assim o processo de participação popular dinâmica, atuante e capacitada em todos os municípios paraenses.



Pará

Título do Programa: Fortalecimento da Agricultura Familiar

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado da Agricultura / (91) 4006-1205

http://www.sagri.pa.gov.br/prog_proj.php

Descrição:

O programa conta com as seguintes ações: a) Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Objetivo: fortalecer o processo de construção territorial e os espaços públicos de discussão participativa e a execução de projetos que dinamizem as economias locais, apoiando as organizações no processo de formação e fortalecimento do capital social; b) Apoio à gestão da política e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública – PROGATER - Objetivo: promover um processo de gestão compartilhada das ações de ATER, através de um sistema de acompanhamento, controle e avaliação constituído por um colegiado interinstitucional na perspectiva de apoiar a realização dos objetivos do PROGATER. Municípios atendidos: 58; c) Apoio à organização da produção e estratégia de comercialização e mercado.

Objetivo: promover a organização da produção com vistas à inserção qualificada do agricultor familiar nos mercados interno e externo respectivamente.

Famílias atendidas: 1.200; d) Fomento à produção de pequenos e médios animais. Objetivo: viabilizar o melhoramento genético do rebanho de ovinos, caprinos, suínos e aves, além de contribuir na dinamização da cadeia produtiva da apicultura/meliponicultura do segmento da agricultura familiar, contribuindo para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Produção aumentada: 9.250.000 kg; c) Fomento à produção de alimentos básicos. Objetivo: viabilizar a produção de alimentos básicos, visando o atendimento da demanda e contribuindo para a segurança alimentar. Produção aumentada: 44.800 ton.; d) Fomento à floricultura, olericultura, plantas medicinais e aromáticas e à produção orgânica. Objetivo: apoiar a produção, beneficiamento e a comercialização de olerícolas, flores e plantas medicinais e aromáticas, com o fim de estimular e desenvolver as pequenas propriedades rurais, aumentando a produção orgânica e buscando a qualidade dos alimentos, a saúde da população e a segurança ambiental. Produtores assistidos: 500.



Rondônia

Título do Programa: Zoneamento

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Rondônia / (69) 3216-5073

<http://www.seplan.ro.gov.br/conteudo.asp?id=102>

Descrição:

O objetivo do projeto é realizar, por meio do levantamento e integração de informação primária e secundária, um diagnóstico da situação sócio-econômica-ambiental do Estado, para, a seguir, propor um novo zoneamento que reflita os resultados do diagnóstico. A metodologia do projeto compreende: Levantamento situacional; Diagnóstico; A proposta de zoneamento; Discussão com a sociedade; A lei de zoneamento e Monitoramento.



Acre

Título do Programa: Zoneamento Ecológico Econômico do Acre

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado de Meio Ambiente / (68) 3224-5497

http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=465&Itemid=87

Descrição:

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre deverá representar a base técnica para a expressão espacial de políticas públicas e fornecer as diretrizes ambientais, sociais e ecológicas para o ordenamento do território a ser consolidado mediante instrumentos jurídico-administrativos, resultantes de um processo participativo. Os produtos sínteses/indicativos apresentam uma análise integrada dos produtos temáticos e outras informações relevantes, no sentido de caracterizar diferentes regiões do Estado em termos de suas respectivas dinâmicas de ocupação, problemas sócio-ambientais, potencialidades e limitações para diferentes alternativas de uso do território. Os indicativos, com caráter de diagnóstico e prognóstico, devem servir como subsídios para a tomada de decisões pela CEZEE (Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico) e outras instâncias de discussão de políticas públicas relacionadas à gestão do uso dos recursos naturais.

Neste sentido, um dos objetivos do ZEE é instrumentalizar as ações de governo de forma a que atue conjuntamente aos demais setores da sociedade de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável.

A aplicação dos resultados indicados a seguir deve reordenar o processo de ocupação territorial do Acre, ainda como um instrumento preliminar de apoio ao planejamento e gerenciamento do uso dos recursos naturais, o que necessariamente provoca a revisão de conceitos e até a mudança de modelos anteriores de desenvolvimento, que beneficiavam determinados grupos de interesse em detrimento do restante da sociedade.



Amazonas

Título do Programa: Programa Amazonas Sustentável

Responsável (órgão e contato): Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

http://vortexmidia.com.br/sds2008/pagina_interna.php?cod=3

Descrição:

Uma das estratégias adotadas pelo Programa Amazonas Sustentável é a implementação de ações voltadas para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, promovendo a conscientização e participação de produtores florestais e extrativistas, populações tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores, associações, cooperativas, entidades subordinadas e vinculadas à SDS, instituições governamentais, organizações não-governamentais e demais segmentos da sociedade.

As estratégias de implementação incluem ainda a formulação e a implementação de políticas ambientais e para o desenvolvimento sustentável, de instrumentos normativos, organizacionais, tecnológicos, econômicos e financeiros; definição, coordenação e articulação de estratégias e ações que promovam a proteção, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento regional; bem como o estabelecimento de parcerias inter e intragovernamentais, com entidades privadas e com a sociedade civil organizada.

Ações:

Criação e implementação de unidades de conservação;
Organização e fortalecimento dos sistemas de produção extrativista;
Gestão do desenvolvimento sustentável;
Gestão dos recursos ambientais - Plano Estadual de recursos ambientais;
Gestão dos recursos hídricos - Plano Estadual de recursos hídricos.

